

Acção Socialista

Nº 1225 - 29 Julho 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



DEBATER AS IDEIAS ESCOLHER OS PROTAGONISTAS



Mais uma vez os militantes do PS são chamados a decidir, democraticamente, o rumo que querem para o partido. Para suceder a Ferro Rodrigues há três candidatos assumidos: João Soares, José Sócrates e Manuel Alegre. Sempre fiel ao lema de que o PS pertence aos militantes, segue-se agora até à eleição do secretário-geral, nos dias 25 e 26 de Setembro,

um período em que os candidatos irão apresentar e debater, com a liberdade que nos caracteriza, as ideias e os projectos que têm para o partido e para o país. Na certeza de que o PS tem de estar preparado para governar e devolver a esperança de um futuro mais próspero e mais justo para todos os portugueses.

Páginas 7 a 9

PARLAMENTO

PS rejeita Programa de Governo

3 a 6

ENTREVISTA

António José Seguro: "Este Governo é mais do mesmo para pior"

13

PARLAMENTO EUROPEU

Costa eleito vice-presidente

15

REGIONAIS

Socialistas dos Açores e Madeira mobilizados para as eleições de Outubro

12

BOAS FÉRIAS

Como é habitual, o "Acção Socialista" vai de férias durante todo o mês de Agosto, voltando ao convívio dos militantes em Setembro, com edições semanais motivadas pela realização do Congresso Nacional a 1, 2 e 3 de Outubro.

A equipa do "AS" deseja a todos os camaradas boas férias e/ou bom regresso ao trabalho.

XIV Congresso Nacional

PARTIDO SOCIALISTA

1, 2 e 3 de OUTUBRO DE 2004



O MOMENTO POLÍTICO: CRISE E OPORTUNIDADES

Crise — é um vocábulo que acompanha os portugueses nestes dois últimos anos. *Crise* é a palavra que acompanha o Governo da Coligação PSD/PP desde o seu início. É certo que existem causas estruturais para a crise “portuguesa”. Mas este Governo não só não combateu as debilidades estruturais como se enredou numa situação em que não distinguiu factores conjunturais e tendências de longo prazo nem objectivos e variáveis instrumentais. Daqui decorre um errado estabelecimento de prioridades, bem como uma incorrecta arquitectura de políticas públicas.

A expressão mais cruel desta crise é o facto de o nosso país viver hoje a mais longa recessão económica de que há memória e registo estatístico em Portugal: o PIB regrediu em seis trimestres consecutivos. Não há paralelo com a situação em qualquer outro país da União Europeia. O forte crescimento do desemprego é outro traço dramático da crise em Portugal: o país que tem tradicionalmente baixos níveis de desemprego avança hoje rapidamente para a média europeia. O Governo PSD/PP prometeu aos portugueses um processo acelerado de convergência económica com a União Europeia. Prometeu níveis de crescimento anual do PIB em dois pontos acima da média comunitária. O resultado é bem diverso: divergência de produto e riqueza, convergência dos níveis de desemprego.

Crise financeira/crise económica/crise social são os elementos marcantes desta situação. E agora, também, uma *crise política!* O Governo é inevitavelmente parte explicativa destas crises — porque pela condução das suas políticas influencia a conjuntura e as alterações estruturais. Por muito que custe aos neoliberais, no contexto de hoje da globalização e dos desafios concorrenciais, tecnológicos, ambientais e sociais, a qualidade das políticas e da governação determinam o desempenho das sociedades modernas — em particular das sociedades mais frágeis e vulneráveis como a portuguesa.

A história recente portuguesa, sob a governação da maioria PSD/PP, é bem conhecida. É dramática. O Governo confrontado com uma crise financeira decorrente da incapacidade de equilibrar as contas públicas comete erros. Em primeiro lugar, uma gestão desastrosa das expectativas dos empresários e dos consumidores conduzida pelo Governo por razões estritamente políticas. Face às dificuldades financeiras do país, o Governo procurou no curto prazo acentuar o “lado negro da conjuntura” (foi o tempo do “discurso da tanga”) para provocar os ajustamentos económicos e sociais que considerou necessários, para depois vir a gerir, em período de retoma, a distribuição de benefícios já mais perto das eleições. Fez de aprendiz de feiticeiro: a crise financeira do Estado propagou-se rapidamente à economia e à sociedade e a retoma económica atrasou-se irremediavelmente.

Em segundo lugar, a excessiva fixação das políticas económicas no curto prazo e no reequilíbrio do défice orçamental, com manifesto desprezo do esforço de investimento público e privado, gerador de efeitos contracíclicos tanto macroeconómicos como na vida económica empresarial. Ou ainda, a incapacidade em afirmar políticas sectoriais — em particular no âmbito do Ministério da Economia — com capacidade para gerar reestruturações, processos de modernização e vantagens competitivas que contrabalançassem o ajustamento das finanças públicas e gerassem ganhos de exportações.

Mesmo aceitando que finanças públicas sãs e equilibradas são, no contexto da Zona

Euro, parte inevitável de uma consolidação orçamental necessária — porque são responsabilidades do país mas também porque elas garantem as políticas estruturais de competitividade e são a base das políticas sociais activas e progressistas, no longo prazo; dão também capacidade aos governos para conduzir as políticas anticíclicas necessárias em tempo de recessão — a questão do défice orçamental deve ser relativizada. Ele tem uma natureza instrumental (é um instrumento e não um objectivo em si mesmo) e não pode ignorar-se o papel do investimento e da política económica aos níveis micro e meso (as reformas da Administração, da justiça, da educação... que ajudam a gerar sistemas competitivos e inovadores).

Para um país, como Portugal, carenciado de investimentos e usufrutuário de financiamentos do Quadro Comunitário de Apoio não se compreende que o Governo não adira a esta visão que encontra fundamento na teoria económica e nas práticas governamentais de países com sólida tradição de políticas públicas.

Mas à crise financeira, económica e social veio o Governo da Coligação PSD/PP adicionar agora uma *crise política*. O país dispensava este complemento de tragédia! JM Barroso (esta é a nova designação internacional não oficial do ex-PM português) abandona as suas responsabilidades a meio do mandato fugindo ao julgamento cívico e eleitoral da sua governação. O senhor Presidente da República, utilizando os seus poderes próprios, decidiu que este julgamento ocorrerá apenas em 2006 no final da legislatura (ou talvez antes!). Devemos afirmar a nossa total disponibilidade para a luta. Uma luta que nos conduzirá à vitória.

Este Governo só pode prolongar a instabilidade e a crise. Porque essa é a própria natureza das figuras que nos governam: Santana e Portas. Basta relembrar os qualificativos utilizados em todos os quadrantes políticos e em analistas independentes para caracterizar a personalidade do PM e estes primeiros dias de governo: “errático, instável e volúvel”, triunfo da mediocridade, displicência, ligeireza, manobrista, “momentos penosos, hilariantes ou simplesmente patéticos”, amorosismo confrangedor, “ausência de rigor, tendência para a improvisação, um certo desleixo”, salada russa, representação de interesses privados... Ou ainda “um Governo com ilusionistas, malabaristas, contorcionistas, trapezistas e outros artistas” na sátira certeira do Bartoon do “Público”. Esta forma de governar só pode ter como consequência a fragilização do Estado — mais ainda do que fez o Governo nos seus dois primeiros anos — e das políticas públicas debilitando-as nos seus objectivos e nos seus instrumentos. Não é difícil imaginar a enorme confusão nos serviços da Administração contrária a princípios de boa governação, de gestão eficiente e de eficácia e cultura de serviço público viradas para o cidadão. É fácil antecipar as enormes dificuldades no quadro de gestão dos Programas Operacionais do QCA, com duplas e triplas tutelas numa altura crítica de trabalhos de reprogramação e de preparação do novo Quadro Comunitário de Apoio. Fácil é também prever o tempo perdido — a meio de uma legislatura! — com a criação, mudanças e reestruturação de ministérios que irresponsavelmente este Governo se vê envolvido.

Crise prolongada no país é o que nos espera. Disponibilidade para a luta é o que todos exigem do Partido Socialista. Um PS credível, coerente, inovador. Para isso é indispensável uma solução directiva forte e legitimada e um processo interno rápido de estruturação. As crises criam oportunidades: esta é a oportunidade do combate político protagonizado pelo PS, por Portugal.



MAXIMIANO MARTINS

Deputado independente do GP/PS

Para um país, como Portugal, carenciado de investimentos e usufrutuário de financiamentos do Quadro Comunitário de Apoio não se compreende que o Governo não adira a esta visão que encontra fundamento na teoria económica e nas práticas governamentais de países com sólida tradição de políticas públicas.

GOVERNO METRALHA

ANTOONIO COLAÇO

ESTE GOVERNO METRALHA-NOS, DESDE HÁ 2 ANOS, 3 MESES, 24 HORAS, N HORAS E O MINUTO EM QUE ESTÁ A LER ESTE CARTOON:

- NA SAÚDE
- NO DESEMPREGO
- NO FIM DO RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO
- NO AUMENTO DO FOSSO ENTRE O INTERIOR E O LITORAL



PROGRAMA DE GOVERNO

SUCESSÃO DE BANALIDADES E OMISSÕES

O Programa de Governo da velha maioria de direita resume-se a uma sucessão de omissões e vazios, de banalidades recicladas e no retorno às promessas não cumpridas. Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) rejeitou-o.

“O seu discurso, dr Santana Lopes, foi um flop para esta Assembleia”, reagiu o líder da bancada parlamentar socialista, António José Seguro, à estreia do novo primeiro-ministro no hemiciclo de São Bento, no passado dia 27 de Julho.

Numa intervenção muito aplaudida, Seguro criticou desde logo o corte nos tempos de debate parlamentar, confrontando de seguida o chefe do Executivo azul-laranja com problemas concretos do país para os quais exigiu medidas e decisões. Nomeadamente, o presidente do GP/PS questionou se o novo Governo descerá o IVA de 19 para 17 por cento, conforme tinha sido anunciado, inquirindo ainda o primeiro-ministro sobre a estratégia portuguesa nas negociações sobre as perspectivas financeiras da União Europeia entre 2007 e 2013.

Descontente por Santana Lopes ter fugido às suas perguntas, o líder parlamentar socialista pediu que fosse registado em acta que, “ao fim de sete minutos de intervenção do primeiro-ministro”, nada ter dito. Só depois Santana Lopes declarou que não baixaria afinal o IVA.

António José Seguro considerou incompreensível o silêncio do primeiro-ministro relativamente aos fogos florestais que consomem Portugal, instando Santana Lopes a não apelar a contratos sociais ou consensos políticos sem ter ainda honrado os compromissos que o anterior Governo assumiu em vão.

“Antes de avançar com novas promessas, cumpra aquelas que a sua maioria fez aos portugueses e não cumpriu”, disse, manifestando surpresa “por o primeiro-ministro se mostrar orgulhoso pela situação nas listas de espera, pelo aumento do desemprego, pelo congelamento



salarial e pela perda de poder de compra da generalidade dos portugueses”.

Face à referência de Santana Lopes à situação interna do Partido Socialista, Seguro dirigiu-se ao presidente da Assembleia da República para lavrar um protesto. “O PS é um partido democrático onde não elegemos o líder em Conselho Nacional, mas pelo voto dos militantes”, retorquiu António José Seguro numa alusão directa ao facto de Pedro Santana Lopes não ter chegado à liderança do PSD por via de um congresso.

Na primeira parte do debate em torno do programa de Governo, o PS criticou fortemente as políticas de educação, formação profissional e de investigação desenvolvidas pelos executivos PSD/CDS-PP, acusando o primeiro-ministro de ser “retórico” e “vazio” em termos de quantificação de metas nestas áreas.

“O programa de Governo nem uma palavra dedica à qualificação, nem quantifica um único objectivo”, acusou o vice-presidente da bancada socialista Manuel Maria Carrilho, que abriu a segunda ronda de

perguntas a Pedro Santana Lopes no debate no Parlamento.

Carrilho insistiu depois em conhecer metas quantificadas por parte da tutela para as áreas da investigação e da educação para adultos, assuntos que Pedro Santana Lopes remeteu para “um dos próximos Conselhos de Ministros”.

Já o deputado do PS Mota Andrade quis que o primeiro-ministro esclarecesse os critérios e os custos da deslocação de algumas secretarias de Estado em nome de uma pretensa descentralização.

De seguida, José Apolinário desafiou Santana a falar com o presidente da Câmara de Monchique para apurar as responsabilidades da situação de calamidade que vive este concelho por causa de sucessivos fogos florestais.

As questões da pobreza levaram o deputado Rui Cunha a questionar o chefe do Executivo sobre as novas normas do Rendimento Mínimo Garantido “rebaptizado”, sobre a perda sucessiva de direitos, a precariedade do emprego e a desvirtualização da protecção social em Portugal. “Com o novo Código do Trabalho e se isto continuar assim em 2005, 78 por cento dos trabalhadores verão os seus direitos reduzidos”, rematou.

Passe de mágica ou demagogia?

O debate sobre o Programa do XVI Governo Constitucional ficou marcado também por uma intervenção muito crítica por parte do deputado socialista Jorge Coelho.

O parlamentar responsabilizou Santana Lopes pelas políticas do anterior Executivo, sublinhando que “formalmente, estamos a discutir o programa de um novo Governo, mas na verdade não é isso que se passa” porque “o Governo está em funções há dois anos, três meses e 21 dias, e as horas e minutos que aqui estivemos hoje”.

“O que estamos a debater é o programa de um Governo remodelado, com a substituição do primeiro-ministro e de outras figuras do executivo”, insistiu, rematando que “o programa é o mesmo, mas os objectivos parecem ser diferentes, pelo que é preciso perguntar ao senhor primeiro-ministro se estamos perante um passe de mágica ou demagogia”.

Jorge Coelho centrou as suas críticas à actuação do Governo e às “promessas não cumpridas” da coligação no Governo no sector da saúde, afirmando que PSD e CDS-PP “prometeram acabar com as listas de espera em Março e já adiaram o prazo para o final do ano”.

Coelho contestou ainda os hospitais SA por não terem contas certas nem metas traçadas e insurgiu-se contra a destruição premeditada do Serviço Nacional de Saúde. Por sua vez, o deputado socialista eleito pelo círculo da Madeira, Maximiano Martins, falou de “diagnóstico arrasador das políticas económicas do Executivo”. Depois de sublinhar que no plano económico a tutela tudo prometeu e nada concretizou, o parlamentar do PS passou ao domínio da Ciência e da Tecnologia onde disse “este programa em discussão é omissivo quer sobre projectos quer sobre as instituições”.

No segundo dia de debate, o Parlamento votou quatro moções de rejeição do Programa do XVI Governo constitucional, uma delas do PS, e uma moção de confiança, que acabou por ser aprovada pela maioria de direita contra toda a oposição.

MARY RODRIGUES

PORTUGUESES CADA VEZ MENOS COM A VELHA MAIORIA

Depois de colocar o défice nos seis por cento e de se revelar negligente no combate aos fogos que consomem as florestas nacionais, “a maioria PSD/CDS-PP está cada vez mais perto de regressar à oposição”, prognosticou, convicto, o líder da bancada socialista ao defender a moção de rejeição socialista ao Programa de Governo apresentado por Pedro Santana Lopes. Falando na sessão de encerramento do debate, António José Seguro caracterizou sempre o actual Executivo como uma equipa baseada numa “velha maioria” e numa “velha governação”, porque “a maioria dos portugueses já não está com este Governo”, declarou.

Seguro sublinhou que o Executivo se apresentou na Assembleia da República “sem estratégia e com um conjunto de vulgaridades”, citando de seguida uma série de indicadores estatísticos das Nações Unidas e da União Europeia em termos de desenvolvimento humano e de crescimento económico face à média comunitária que deixam Portugal muito mal colocado. Segundo o líder da bancada socialista, o nosso país já

ultrapassou o limite (do Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia) de 60 por cento de dívida pública e “apresenta um défice real de seis por cento”.

“Se têm dúvidas sobre o valor do défice, então aceitem a constituição de uma comissão independente para avaliar as contas públicas, tal como aconteceu em 2001. Só se gera confiança com uma política de verdade”, disse em tom de repto. António José Seguro lançou também um ataque aos executivos da maioria PSD/CDS-PP no Parlamento ao impedir audições com responsáveis pelo combate aos incêndios e o facto de a nova agência florestal só ter ainda reunido uma vez desde que foi criada.

“Todos sabemos que há causas meteorológicas e estruturais para a ocorrência de fogos, mas há também negligência e muita incompetência”, denunciou, dando como exemplos atitudes da maioria PSD/CDS-PP no Parlamento ao impedir audições com responsáveis pelo combate aos incêndios e o facto de a nova agência florestal só ter ainda reunido uma vez desde que foi criada.

A concluir a sua intervenção, o presidente do GP/PS voltou a denunciar a desatenção do Governo em relação a políticas sociais.

PS APRESENTA MOÇÃO DE REJEIÇÃO

EXECUTIVO DE SANTANA VAI AGRAVAR SITUAÇÃO DO PAÍS

O Grupo Parlamentar do PS apresentou uma moção de rejeição ao programa do XVI Governo Constitucional, discutido na Assembleia da República nos dias 27 e 28 de Julho, por considerar que a acção do anterior Executivo é agora continuada no que respeita à sua herança e erros, particularmente no que toca ao agravamento do desemprego, à longa recessão que atinge o país desde há ano e meio, à quebra do investimento produtivo e a uma gravíssima insensibilidade social. Como disse o líder da bancada

parlamentar do PS, António José Seguro, a posição assumida pelos socialistas foi uma censura à actual maioria, que se apresentou no Parlamento no contexto de uma grave crise política geradora de instabilidade no presente e no futuro. A moção de rejeição, que foi votada favoravelmente apenas pelos deputados do PS e teve a abstenção dos outros partidos à esquerda, sublinha que o programa do XVI Governo repete, em traço grosso, os erros que marcaram a acção governativa nos dois últimos anos,

particularmente nos domínios das políticas sociais, economia e finanças públicas, educação, ciência, cultura, saúde, administração pública, trabalho, segurança social e ambiente.

A nível das finanças, o país defronta-se com uma grave crise, sem que se vislumbre a consolidação de médio prazo nem a convergência com os nossos parceiros europeus, levando à quebra da confiança dos agentes económicos e à descredibilização das políticas. “Em apenas um ano, o Governo inverteu a

tendência que se vinha verificando na década de noventa. Portugal desceu três lugares na ordem correspondente ao índice de desenvolvimento humano — de 23º para 26º lugar —, sendo ultrapassado pela Grécia, Hong Kong e Singapura”, afirma a moção de rejeição.

O PS critica também a orgânica do Governo, que considera desadequada, bem como as escolhas feitas nas diferentes pastas governamentais, revelando assim que “não só o Executivo não dará resposta aos anseios dos portugueses

como agravará o Estado da nação”.

Já a concluir a justificação desta tomada de posição, sublinha-se que “o Partido Socialista denunciou e combateu, nas diversas frentes e sectores, a execução do programa do XV Governo Constitucional e a sua vontade de insistir num rumo errado, que a maioria dos portugueses rejeita. Nestes termos, o PS afirma hoje, conhecido que está o Programa do XVI Governo Constitucional, a censura e rejeição frontal à orientação política que o actual Governo pretende prosseguir”.



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

GOVERNO VELHO COM PROGRAMA CADUCO

Na área da Administração Interna, o Governo tinha duas opções: ou admitia que esta é uma área onde as coisas correram francamente mal nos primeiros dois anos e meio desta maioria; ou não reconhecia os erros e agia como se tudo estivesse bem, fazendo uma cega profissão de fé na mera continuidade das políticas.

Se optasse pela primeira postura, poucos teriam razão para criticar tal opção. O Governo assistiu aos maiores acréscimos dos índices de insegurança de que há registo, com acréscimos dos indicadores de criminalidade de 5 por cento e 6 por cento, em 2002 e 2003, respectivamente; foi impotente para conter ou minimizar a catástrofe dos fogos florestais de 2003 e também de 2004; não conseguiu um relacionamento saudável com as forças de segurança, e assistiu impávido à degradação das condições de funcionamento das polícias. Por isso, ninguém se admiraria e os cidadãos esperariam que o Governo remodelado da velha maioria procurasse dar sinais de uma nova dinâmica, virada para a recuperação da confiança e do ânimo das forças de segurança, para o reequipamento, para a modernização das esquadras e sistemas de comunicação, para a reestruturação do próprio sistema de forças. No momento em que o país é de novo engolido pela voragem do fogo, esperar-se-ia uma nova visão estratégica para o sistema de protecção e socorro. Esperar-se-iam metas mais ambiciosas para o combate à sinistralidade rodoviária. Esperar-se-ia uma calendarização precisa do momento em serão cumpridas certas promessas, como a do subsídio de risco da PSP, entre outras.

Mas o Governo optou preguiçosamente pela recuperação burocrática do programa já apresentado em 2002, acrescentando apenas umas ridículas frases de elogio da acção política dos dois últimos anos!

Ficam, assim, os cidadãos sem saber como vai o Governo, em concreto, enfrentar o crescimento galopante dos índices de insegurança, melhorar o sistema de protecção e socorro, aperfeiçoar os mecanismos de integração dos imigrantes, ou diminuir a sinistralidade rodoviária.

Dois anos e meio depois do Governo da velha maioria, bastava de generalidades. Mas o Governo preferiu continuar a insultar a inteligência dos portugueses, tentando esconder a sua falta de visão ou de empenho nesta área vital para o nosso bem-estar.

VITALINO CANAS
COORDENADOR DO GP/PS PARA A ADMINISTRAÇÃO INTERNA



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AUSÊNCIA DE RUMO

O programa de Governo de Santana Lopes, em matéria de Administração Pública, é igualmente desolador. Não há qualquer referência à forma como deverá ser concretizada a efectiva modernização da Administração Pública. Tudo quanto é ali afirmado traduz-se por generalidades que permitirão prosseguir as "maldades" e a violação dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente na negociação colectiva e na negociação do Estatuto de Aposentação que tão maltratado foi pelo anterior Governo. O programa deste Governo não aponta caminhos para a redefinição das funções do Estado, da desburocratização e simplificação de procedimentos ou na forma de incentivar e motivar os trabalhadores. Não faz referência ao modelo que pretende adoptar em matéria de política salarial, ficando os portugueses sem saber se será ou não prosseguido o congelamento dos salários na Função Pública.

Este primeiro-ministro e o seu Governo, com o programa que apresentam ao país, demonstram claramente que *prosseguirão o desinvestimento nas políticas sociais e consequentemente na redução de direitos nas relações de trabalho, na segurança social e na protecção social.*

ARTUR PENEDOS
COORDENADOR DO GP/PS



AMBIENTE

AMBIENTE AMPUTADO

A ideia de continuidade que marca o programa do novo Governo desta velha maioria, significa para a política de ambiente a continuação do desastre dos últimos dois anos. Três ministros e sete secretários de

Estado depois, o PSD entrega o fragilizado Ministério do Ambiente ao seu parceiro de coligação, que não há muito tempo propunha a extinção desse mesmo Ministério! Para o cargo, a coligação insiste no critério de recrutar quem não saiba do assunto, agora com a particularidade de ter como única ligação ao sector uns quantos negócios privados. Valha a verdade, nesta matéria o Governo não está aqui para enganar ninguém: o programa do Governo não atribui qualquer prioridade à política de ambiente e ignora a proposta de Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. A orgânica do Governo, de resto, já dera os sinais suficientes para um bom entendedor: o Ambiente amputado da política de cidades e da gestão dos fundos comunitários; o ordenamento do território desligado da informação geográfica e do desenvolvimento regional. No mais, o programa do Governo repete o vazio do anterior, com três notas curiosas: Primeiro, o Governo não garante pôr a funcionar os centros de tratamento de resíduos industriais perigosos, em alternativa à co-incineração. Só promete concluir o "processo conducente à sua instalação". Segundo, o Governo não garante a aprovação do tão necessário Plano Sectorial para a gestão territorial da Rede Natura. Só promete colocá-lo a discussão pública. Terceiro, o Governo insiste na revisão do regime jurídico da REN e da RAN, sem dar sinal algum de pretender travar o verdadeiro golpe de Estado ambiental que a proposta formulada preconiza. O ministro será novo mas já é o quarto em dois anos. Vá pedir "estado de graça" a quem achar graça a esta política desastrosa.

PEDRO SILVA PEREIRA
COORDENADOR DO GP/PS PARA ORDENAMENTO E AMBIENTE



CIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR

GENERALIDADES E ABSTRAÇÕES

1. O elemento mais chocante do programa do Governo Santana Lopes para o Ministério da Ciência e do Ensino Superior é a ausência absoluta de qualquer referência à promoção da cultura científica e à divulgação científica junto das escolas e da população em geral. A cultura científica e a educação científica deixam de constituir um objectivo autónomo da política pública, ficando subsumidas no eixo do "aumento e qualificação dos recursos humanos em ciência e inovação". Não só nem uma vez se fala no programa Ciência Viva, como, ainda mais grave, se omite qualquer dado sobre a articulação entre comunidade científica e educação básica e secundária. Há aqui, infelizmente, uma óbvia continuidade com a política de Durão Barroso: entre 2002 e 2004, não se realizou nenhuma edição do concurso nacional de projectos de educação científica nas escolas. É evidente que o Governo quer consumir o asfixiamento do programa Ciência Viva. Isso ficará como uma imagem de marca do desprezo da direita portuguesa pela promoção democrática da ciência.

De resto, o programa fica-se pelas generalidades mais abstractas e evita cuidadosamente responder a qualquer questão concreta. Como vai ser o novo modelo de financiamento da investigação? Vai ou não este Governo pagar as quotas devidas pela participação portuguesa nos organismos científicos internacionais, que o anterior Governo deixou de pagar? Não há qualquer resposta.

Fica-se, finalmente, a saber, lendo o programa, que o XVI Governo não tem qualquer intenção de recuperar o sistema de incentivos fiscais à inovação empresarial em investigação e desenvolvimento, que vigorou com excelentes resultados entre 1997 e 2002 e que foi liquidado por Durão Barroso. Também aqui é clara a miopia política da nossa direita.

2. Quanto ao ensino superior, o Governo diz querer prosseguir a aplicação do Processo de Bolonha, o que é positivo, mas implica responder a algumas questões-chave. Vai ser financiado, e em que termos, o segundo ciclo de estudos? Como vai evoluir a política de propinas? Não se encontra qualquer resposta a estas e outras perguntas.

O que ficamos já a saber é que não haverá nenhuma modificação de fundo nos dois eixos fundamentais da política de Durão Barroso para o ensino superior. Ambos os eixos são extremamente negativos. A saber: a) as transferências do Orçamento de Estado para as instituições do ensino superior continuarão a ter um crescimento nominal nulo, isto é, a baixar em termos reais, nos próximos anos, b) as vagas no ensino público continuarão a ser reguladas de forma administrativa, com a excepção (que é consensual) das áreas da saúde, das tecnologias e das artes, de modo a impedir o crescimento dos lugares disponíveis nas escolas públicas mesmo quando estas têm procura continuada e qualificada, assim se criando indirectamente uma reserva artificial de recrutamento para o ensino privado.

Finalmente, o programa não esclarece uma das questões essenciais colocadas já no mandato da ministra Graça Carvalho, relativa à proliferação de novas escolas, públicas e privadas, por todo o território.

Não havendo esse esclarecimento, é de temer o pior: que a contribuição do próximo Governo para o ordenamento da rede do ensino superior portugueses seja ceder às pressões eleitoralistas locais e aos interesses privados, aumentando a desregulação do sistema...

AUGUSTO SANTOS SILVA
COORDENADOR DO GP/PS PARA A CIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR



COMUNICAÇÕES

UM IMENSO NADA

Ao referir-se o tema das comunicações há que considerar o conjunto constituído pelas telecomunicações e pelos serviços postais que são hoje um dos sectores mais dinâmicos da economia nacional.

O Partido Socialista sempre prestou uma especial atenção às comunicações electrónicas e aos serviços postais. Foram aliás, quer a Lei de Bases das Telecomunicações de 1997 que ficou o quadro básico de regulação do sector, quer os diplomas subsequentes, que fixaram o marco normativo que demonstrou uma eficácia tal que permitiu que no nosso país tenha surgido uma multiplicidade de operadores para os mais variados serviços, o que, na prática, possibilitou uma maior capacidade de escolha para os utentes, e também o surgimento de um importante sector das telecomunicações, o que, por sua vez, proporcionou as infra-estruturas e as condições idóneas para fomentar o desenvolvimento da sociedade de informação, mediante a sua convergência com o sector audiovisual e com os serviços telemáticos, tudo considerando a implantação da Internet.

Lido o programa do Governo não se nota uma única nova ideia que vá no sentido do aprofundamento dos princípios já consagrados e implementados, no sentido de possibilidade da introdução de mecanismos correctores que garantam a viabilidade e o aparecimento de operadores distintos dos titulares do antigo monopólio, a protecção dos direitos dos utentes, a intervenção da Administração no sector a respeito da supervisão administrativa dos aspectos relacionados com o serviço público, o domínio público e a defesa da concorrência.

Sobre estas magnas questões o novo programa do Governo aos costumes disse *Nada*.

RAMOS PRETO
COORDENADOR DO GP/PS PARA A ÁREA DAS COMUNICAÇÕES



COOPERAÇÃO

AUSÊNCIA DE ESTRATÉGIA

No domínio da cooperação, o programa deste XVI Governo Constitucional, agora recauchutado para pior, apresenta-nos uma série de banalidades, que escondem a persistência de uma ausência de estratégia, fundamental para a prossecução de um desígnio nacional, verdadeira mais-valia de afirmação de Portugal no mundo. De facto, das graves omissões que se verificaram, no passado recente, expressas na incapacidade do Governo levar a efeito a Cimeira Europa-África, prevista para Abril do ano passado, nem uma palavra. E quanto ao mais, tendo presente que as instituições vocacionadas para a cooperação tiveram nos últimos dois anos uma redução orçamental de mais de 50 por cento, com instabilidade permanente, traduzida em três presidentes no IPAC e outros tantos no Instituto Camões, que mais dizer? Pela leitura do programa e das medidas preconizadas, tudo continuará como dantes. Simplesmente lamentável!

VÍTOR RAMALHO
COORDENADOR DO GP/PS PARA A COOPERAÇÃO



CULTURA

GOVERNO NÃO SABE O QUE QUER

A prova provada do vazio do programa do Governo para a cultura está em que a única notícia pública saída a seu propósito diz respeito ao que não está lá escrito: a fusão entre IPA e IPPAR. A direita abandona definitivamente esse seu propósito, cuja gravidade denunciámos no tempo devido. E abandona, porque pura e simplesmente não conseguiu vencer as justas resistências que se lhe opuseram. É uma derrota que agora reconhece, e deve ser assinalada: vale a pena combater os seus dislates.

Do ponto de vista doutrinário, este programa significa um novo passo na lógica da desresponsabilização do Estado e de menorização dos objectivos centrais de uma política democrática, como a democratização do acesso aos bens culturais, a formação dos públicos e o apoio à criação artística. É muito significativo que a primeira medida contida no programa diga respeito à lei do mecenato, chegando a dizer-se, sem qualquer noção da realidade das coisas, mas revelando muito acerca da ideologia implícita, que será através da lei do mecenato que o Ministério financiará projectos culturais relevantes.

De resto, o programa é uma lista desconexa de frases feitas e ideias de senso comum, que dizem tudo acerca da profunda ignorância dos novos responsáveis pelas coisas da cultura. Por exemplo, diz-se que um objectivo da política para os arquivos é a "criação sistemática de arquivos privados", como se essa fosse uma competência do Estado; ainda se fala no "nível primário" da educação, quando a designação de ensino primário há muitos anos que desapareceu da nomenclatura do sistema educativo; chega a escrever-se que o Governo continuará a apoiar o projecto da Casa da Música como se esta fosse uma instituição exterior ao Estado. . .

Não há qualquer medida política substantiva que passe para lá desta cortina de vulgaridades. Vai o MC aplicar aos outros teatros nacionais o modelo de empresa pública estabelecido para o D. Maria II? Silêncio. Quando e como vai ser estruturado o fundo de apoio ao cinema e audiovisual? Silêncio. Como vai ser organizada Faro-Capital Nacional da Cultura? Silêncio. Como vai ser o modelo de gestão e financiamento da Casa da Música? Silêncio. E assim sucessivamente.

É claro o que o Governo Santana Lopes quer para a cultura: quer menos responsabilidade do Estado, quer a mesma letargia que caracterizou o consulado de Durão Barroso. Fora disso, não quer mais nada, porque, pura e simplesmente, não sabe o que quer.

AUGUSTO SANTOS SILVA

COORDENADOR DO GP/PS PARA A ÁREA DA CULTURA



DEFESA NACIONAL

AGRAVAMENTO DAS QUESTÕES ESSENCIAIS

Ao fim deste mais de dois anos do Governo do PSD/PP, na área da Defesa Nacional, o mínimo que se pode dizer é que houve um agravamento significativo em questões essenciais.

Não foram tomadas as medidas adequadas, no tempo certo, como é o caso da modernização e o reequipamento das Forças Armadas, assim como a alteração do paradigma do recrutamento com vista à sua completa profissionalização. Agravou-se de forma muito preocupante as questões orçamentais e financeiras, que a não serem resolvidas com urgência, têm sérias implicações na sua operacionalidade e na identificação enquanto instituição nacional.

Permanecem igualmente por resolver questões relacionadas com a dignificação da condição militar e a consequente qualificação e valorização do factor humano, para o que é necessário e urgente, entre muitas outras iniciativas que têm a ver com o pessoal, a revisão do EMFAR (Estatuto Militar das Forças Armadas), a revisão do estatuto remuneratório, a revisão da Rede Nacional de Apoio ao Stress Pós-traumático que permanece, na prática, incapaz de dar resposta a muitos ex-combatentes que vivem situações de saúde verdadeiramente dramáticas.

Do ponto de vista conceptual continuam por rever, entre outros, documentos estruturantes da defesa nacional, como sejam a definição das Missões Específicas das Forças Armadas, o Sistema de Forças Nacional, o Dispositivo, assim como a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas e a revisão ordinária da Lei de Programação Militar e a revisão da política de contrapartidas de modo a aproveitar as oportunidades criadas pela LPM (Lei da Programação Militar). É igualmente urgente a redefinição de mecanismos de cooperação entre as Forças Armadas e as Forças de Segurança em situações de crise, face ao novo quadro estratégico nacional e internacional.

MARQUES JÚNIOR

COORDENADOR DO GP/PS PARA ASSUNTOS DE DEFESA NACIONAL



DESPORTO

OPORTUNIDADE PERDIDA

Portugal viveu nos últimos dois anos momentos altos de afirmação do fenómeno desportivo. Grandes eventos desportivos internacionais,

com destaque para o Euro 2004, significaram a adesão e o envolvimento positivo de milhares de pessoas criando condições para uma aposta forte na dinamização e expansão do desporto em Portugal.

O Programa de Governo deveria, por isso, reconhecer tal facto e apontar novos caminhos, propondo medidas no sentido da promoção da prática desportiva e do reforço das condições de funcionamento e financiamento do sistema desportivo.

Não o faz. Limita-se a propor uma solução de continuidade, sistematizando, em forma diferente, as propostas já apresentadas no anterior programa.

Vale como diferença positiva a assumpção clara de propostas de beneficiação e requalificação do Complexo Desportivo do Jamor, afastando as dúvidas sobre o seu destino em boa hora denunciadas perante o anterior Governo.

Enuncia um conjunto de programas de promoção, apoio, formação, mobilização mas não especifica com que estruturas ou meios humanos, técnicos e financeiros se propõe promovê-los.

Ignora a realidade cada vez mais preocupante das chamadas competições desportivas profissionais, bem como as dificuldades financeiras e organizativas dos clubes e sociedades que nelas participam.

Omitindo qualquer referência à Lei de Bases do Desporto, que só a maioria aprovou e que acaba de entrar em vigor, reconhece fatalmente que não apenas se envergonha do que fez como que nada de bom ou de novo resultará para o desporto português dessa Lei.

Com este programa o desporto português vai perder, de novo, uma boa oportunidade.

LAURENTINO DIAS

COORDENADOR DO GP/PS PARA A ÁREA DO DESPORTO



ORÇAMENTO

NENHUMA MEDIDA CONCRETA

A consolidação orçamental foi o objectivo fundamental do XV Governo mas continua por fazer. A despesa corrente primária do sector público continua a crescer, só que a menor ritmo à custa do congelamento durante dois anos consecutivos das remunerações de uma parte significativa dos funcionários públicos.

O programa do XVI Governo é vago e nele não se vislumbram medidas concretas de contenção da despesa.

Controlar e conter a despesa pública é um dos maiores desafios com que Portugal e os portugueses estão confrontados.

Trata-se de montar esquemas de controlo estruturais e também de conter despesas de forma sustentada sem pôr em causa preocupações sociais que forçosamente existem numa sociedade com grandes desigualdades, quer em termos culturais quer em termos de rendimentos. Neste espírito conter despesas não será o mesmo que reprimir despesas. Pode-se exercer uma contenção continuada, inteligente, socialmente equilibrada, compatibilizando objectivos de longo prazo com medidas de curto prazo, mesmo que estas últimas impliquem sacrifícios temporários.

A política orçamental não se pode guiar apenas por pretensões critérios de eficiência. Deve saber balancear a desejada eficiência económica com a aspiração de maior coesão social.

A longo prazo poderemos falar de um modelo civilizacional diferente, mas não podemos propor aos portugueses piores condições de vida.

TERESA VENDA

COORDENADORA DO GP/PS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E CONTAS



FINANÇAS

NADA DE BOM NO HORIZONTE

A oposição ao programa de Governo na área das Finanças Públicas tem a ver com a crítica clara à estratégia de consolidação orçamental que foi seguida pelo Executivo de Durão Barroso e que a equipa governamental de Santana Lopes parece querer continuar fingindo não saber efectivamente que o défice (à parte receitas extraordinárias) será de 5,3 por cento do PIB.

Ora, essa falsa consolidação parece vir a fazer-se pela venda de património, como receita extraordinária tapando os "buracos" abertos

pela incapacidade de reequilibrar efectivamente as contas.

O Governo parece também querer manter o programa de Estabilidade e Crescimento para 2004 – 2007, o qual segundo o próprio Ecofin pressupõe uma acentuada desaceleração do crescimento médio anual das transferências sociais totais. Esquece-se, entretanto, da deliberação parlamentar de Janeiro de 2003 em que se mandata o Governo para desencadear o reequacionamento com vista à revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento. A evolução apontará para a importância essencial do critério da sustentabilidade, tendo nomeadamente em conta a dívida pública.

O prosseguimento das políticas financeira e orçamental do Executivo quando liderado por Durão Barroso não augura nada de bom.

JOEL HASSE FERREIRA

COORDENADOR DO GP/PS PARA AS FINANÇAS



FISCALIDADE

ENTRE O ESQUECIMENTO DAS PROMESSAS E A NOVA ILUSÃO

O programa do XVI Governo no domínio da política fiscal oficializa o abandono das promessas eleitorais por cumprir e abre um novo caminho de ilusões que nem sequer coincidem com as declarações públicas de Santana Lopes e Bagão Félix.

O famoso "choque fiscal", incentivo à economia resultante da redução dos impostos, é esquecido de vez, incluindo os compromissos do OE para 2004, designadamente a redução do IRC para 20 por cento.

Consolida-se o aumento do IVA para 19 por cento.

Mas o mais perigoso são os elementos inovadores do Programa. Considera-se no discurso a ilusão da possibilidade de baixa de IRS não é assumindo nenhum compromisso concreto e é associada a duas opções perigosas.

- A de que a baixa do IRS está dependente de cortes substanciais na despesa

Sendo simpática a ideia de cortarmos impostos o Governo ameaça com reduções adicionais na despesa social, designadamente com a degradação dos serviços públicos de saúde e de educação. A qualidade de serviço protege a igualdade de oportunidades, a sua degradação aumenta as disparidades sociais.

- Corte nas deduções e benefícios fiscais em IRS

O PS defende a racionalização dos benefícios fiscais, eliminando escândalos com os níveis de tributação da banca ou o abuso da zona "off-shore" da Madeira, mas discorda da destruição de mecanismos de poupança fiscal para a classe média ou da degradação dos benefícios fiscais que aprovou para a habitação própria, a educação de descendentes ou as despesas de saúde.

EDUARDO CABRITA

COORDENADOR DO GP/PS PARA OS ASSUNTOS FISCAIS



OBRAS PÚBLICAS

TUDO POR DEFINIR

Congelando o processo OTA, não definindo calendários reais, nem prioridades reais para a rede TGV, não decidindo sobre uma terceira travessia sobre o rio Tejo, não dando substância às Autoridades Metropolitanas de Transportes, não há definição de uma estratégia de mobilidade integrada e intermodal.

Insistindo na introdução de portagens no sistema SCUT, não concretizando o projecto de "baldeação" em Sines, não definindo as novas centralidades, não reformulado em função disso o PRN 2000, não decidindo sobre o futuro da ferrovia na vertente de mercadorias e passageiros, quer nos corredores nacionais, quer nos transeuropeus, não decidindo sobre uma política ferro-marítima e rododominária, não há Rede Nacional de Plataformas Logísticas nem definição de uma estratégia de mobilidade integrada e intermodal.

Não há portanto uma verdadeira política para as Obras Públicas e o Programa do Governo, como se verifica pela sua apreciação pontual, nem tão-pouco exclui do texto o que já está feito, as obras e os programas já concretizados pelos sucessivos Governos, incluindo alguns do PSD.

JOSÉ JUNQUEIRO

COORDENADOR DO GP/PS PARA A ÁREA DAS OBRAS PÚBLICAS


PODER LOCAL

UMA MÃO-CHEIA DE NADA

Rigorosamente nada de novo em favor do reforço da administração local autárquica!

Salvo num propósito: o de aplicar a Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, também às freguesias transferindo para os respectivos órgãos as competências aí contidas. Só que esta lei não contém uma única competência destinada às freguesias!

Mistificação ou incompetência?

Falam da prevista revisão da Lei das Finanças Locais, não se vislumbrando, contudo, quaisquer sinais quanto ao sentido e alcance de tal revisão.

Sobre a exigência estratégica de valorização dos recursos humanos das autarquias locais, usam uma fraseologia que só ilude os incautos.

Especificamente, no que respeita ao Programa Foral — legado do Governo PS, criado em 2001 — melhor fora que tivessem a humildade de reconhecer que, percorridos dois anos e meio de governação de direita, falharam rotundamente na sua execução que, em termos nacionais, rondará apenas 10 por cento.

Finalmente, no respeitante à “obra-prima” das novas áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais, propõem-se “reforçar as atribuições e competências das novas realidades territoriais” (sic).

Entendamo-nos: reforçar as atribuições? Estas enquanto finalidades genéricas constam da lei.

Reforçar as competências? “Reforçar” é aplicar reforço, fortalecer. Ora anteriormente nada foi conferido aos órgãos de tais associações, a título de competências. Por isso, falar neste caso em “reforço” é mistificar a realidade. Estamos entendidos. É a direita no seu melhor!

JOSÉ AUGUSTO DE CARVALHO

COORDENADOR DO GP/PS PARA O PODER LOCAL


SAÚDE

DESMANTELAMENTO DO SNS VAI CONTINUAR

Passados dois anos de governo de maioria de direita, na saúde, temos assistido ao progressivo desmantelamento do SNS, com consequências muito graves e atentatórias dos direitos da maioria dos portugueses.

O programa do XVI Governo assenta numa linha de continuidade do Governo anterior, mantendo a estratégia anteriormente definida, numa lógica de reforço da iniciativa privada, traduzida na intenção da continuidade das parcerias público/privado, favorecendo os grandes grupos económicos, política esta desde já assegurada com a continuidade do ministro da Saúde. A prioridade dos resultados financeiros em detrimento dos ganhos em saúde mantém-se, bem expressa no aprofundamento da experiência falhada da gestão hospitalar assente nos Hospitais SA (cerca de 200 milhões de euros de dívidas), substituindo a estrutura de unidade de missão por uma estrutura tipo “holding”, numa perspectiva de reforço da privatização da informação e falta de transparência.

Os casos de discriminação no acesso continuarão a proliferar nos próximos dois anos.

Da promessa eleitoral de acabar com a lista de espera cirúrgica, passados dois anos, em vez de uma existem duas listas, com mais de 150 mil pessoas a aguardar uma intervenção cirúrgica. Um novo programa (SIGIC) promete que nenhum cidadão aguardará, em média, mais de seis meses pela intervenção (será para acreditar?). Mas nada se diz em relação às listas de espera para consultas e meios complementares de diagnóstico. A acessibilidade dos portugueses aos serviços de saúde continuarão comprometida.

Na saúde em Portugal nos próximos dois anos só podemos esperar *mais do mesmo*.

LUÍS CARITO

COORDENADOR DO GP/PS PARA A SAÚDE


SEGURANÇA SOCIAL

DEGRADAÇÃO DE DIREITOS

Na Segurança Social mantêm-se as opções que penalizam fortemente os portugueses, designadamente a *diminuição do subsídio de doença, a redução do Rendimento Mínimo Garantido* (a que deram o nome de Rendimento Social de Inserção para permitir cortes superiores a 60 por cento das

necessidades dos mais desfavorecidos), a *programada alteração ao subsídio de desemprego* (que tem por objectivo não só reduzir a sua cobertura, mas também limitar a livre negociação da rescisão dos contratos, favorecendo, objectivamente, o mais forte — o patrão), entre outras.

Como revelam os mais variados e insuspeitos estudos, da política de Durão Barroso continuada por Santana Lopes, resultará um aumento da pobreza em Portugal.

Durão Barroso e o seu Governo tinham prometido dar aos reformados por invalidez, para efeitos de cálculo das reformas, carreiras contributivas completas. *Como muito bem sabem os pensionistas por invalidez, tal promessa não foi cumprida.*

Mas o Governo de Santana Lopes faz pior! Por um lado, usa a mesma linguagem relativamente à convergência das pensões com o salário mínimo nacional, por outro *omite ou deixa cair promessas* da concessão de benefícios a quem visse o “azar” bater-lhe à porta, tornando-o incapaz para o trabalho e, em muitas situações, lançando as suas famílias para uma situação de pobreza e exclusão social.

Para resolver os problemas dramáticos da exclusão social, as medidas preconizadas por este Governo, ao contrário do que seria de esperar, degradam ainda mais os direitos sociais. *A cobertura na doença e no desemprego, são disso exemplo.*

Na Segurança Social inclui-se a família e a criança. Procura o Governo dar a ideia de que tem particular sensibilidade para a família e a criança! Puro engano. Quando se desinveste na protecção social, *a família e, em particular as crianças, acabam por ser as principais vítimas dessa exclusão.*

ARTUR PENEDOS

COORDENADOR DO GP/PS PARA A SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL


TRABALHO, EMPREGO E FORMAÇÃO

MISTIFICAÇÃO DA REALIDADE

No trabalho, emprego e formação há uma “inovação” a assinalar: a decisão de reduzir o Ministério do Trabalho, a uma Secretaria de Estado, integrada no Ministério de Estado e das Actividades Económicas e do Trabalho. Tal decisão não tem paralelo nos restantes Estados-membros da União Europeia onde, como acontece em Portugal, o Estado exerce um papel relevante quer na regulação e arbitragem dos conflitos socioeconómicos, quer na promoção da formação profissional com fundos públicos.

O Governo de Santana Lopes não é inocente. O objectivo, como pode perceber-se através de inúmeras referências contidas no Programa de Governo, é o de canalizar os apoios ao emprego e à promoção da formação, *não para a qualificação dos empregados nem dos desempregados, mas para a utilização destas políticas em favor das empresas e das autarquias locais.*

PSD e CDS são os campeões do desemprego em Portugal e, pelos indicadores disponíveis, querem ser também campeões do desemprego na União Europeia.

O Governo parece ter necessidade em afirmar grande empenhamento na concertação social e na contratação colectiva. Também aqui se tenta mistificar a realidade. O anterior Governo não fez concertação social! Não celebrou, por essa razão, qualquer acordo de concertação social!

Em matéria de negociação colectiva a situação agrava-se de dia para dia. Dizia-se que o Código do Trabalho serviria para reanimar a negociação colectiva. *A realidade é bem diferente. Em quatro meses de aplicação do Código, o volume de emprego coberto por convenções colectivas é de 22 por cento da média do período homólogo dos últimos quatro anos!*

A gravidade desta situação é de tal ordem que, prosseguindo o bloqueamento da negociação colectiva, no início de 2005, 78 por cento dos trabalhadores estarão com os seus direitos reduzidos ao mínimo legal.

ARTUR PENEDOS

COORDENADOR DO GP/PS PARA O TRABALHO


TRANSPORTES

MAIS DO MESMO

Para quem tem acompanhado com atenção o percurso político do dr. Santana Lopes verifica facilmente que uma característica comum distingue a sua acção em todos os cargos que exerceu:

— É pródigo em assumir promessas e não termina os mandatos para os quais foi eleito. Foi assim num clube desportivo, foi assim na Figueira e também em Lisboa.

Os últimos dois anos e meio à frente da Câmara de Lisboa foram o paradigma desta característica: foi eleito tudo prometendo, governou a cidade de forma virtual — política dos “outdoors” — e, quando começa a ser perceptível o vazio do seu mandato, naturalmente que se foi embora. Se não fosse para primeiro-ministro sê-lo-ia para assumir a candidatura presidencial. Vem

isto a propósito do programa de governo que submeteu à Assembleia da República, onde confirmando os seus traços de grande promotor de espectáculo foi contudo incapaz de assumir novos compromissos e ideias inovadoras. Para além da criação de gabinetes para os ministros e secretários de Estado nalgumas capitais de distrito — naturalmente já estamos no domínio do espectáculo — nada de novo e original apresentou aos portugueses.

No que se refere à política para os transportes não apresenta uma única novidade, um único compromisso com o país. Porém, o Governo vai ter de decidir muito brevemente sobre projectos vitais para o nosso desenvolvimento que já vinham dos governos do PS e que desde que o PSD é governo foram metidos na gaveta.

Em primeiro lugar, vai ter de esclarecer como vão implementar o TGV! No programa do governo nem uma única palavra, a não ser generalidades.

Em segundo lugar, vai ter que decidir sobre projectos estruturantes para a circulação e mobilidade nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto! Nem uma única palavra.

Em terceiro lugar, vai ter de decidir sobre as medidas a tomar com vista à salvaguarda da saúde financeira das empresas públicas e privadas que operam no sector dos transportes! Também aqui, mais do mesmo.

Resumindo, confirmando a impressão geral do dr. Santana Lopes apresentada num conjunto de ideias requentadas, algumas delas que já deviam ter sido implementadas e nada de novo nos traz. Mas atenção:

Daqui a uns tempos surgirão os “outdoors”, do tipo “já reparou...” para com isso ganhar um bocadinho mais de tempo. E nisso, ele é bom.

MIGUEL COELHO

COORDENADOR DO GP/PS PARA A ÁREA DOS TRANSPORTES


TURISMO

TURISMO SEM ESTRATÉGIA

O Governo PP/PSD continua sem uma ideia estratégica para o turismo em Portugal. Com efeito, desde a ausência de referência ao turismo no programa eleitoral do PP ou nos primeiros meses do mandato do dr. Carlos Tavares na Economia, ao Plano de Desenvolvimento do Turismo “a la carte” concentrando ansiosos dos vários agentes do sector até à criação do Ministério do Turismo uma linha é comum: não há uma ideia consistente sobre a política de turismo no Governo PP/PSD. Quanto muito resumir-se à na reclamação de flexibilidade (na legislação laboral, nos licenciamentos, na classificação, nos requisitos para apoios públicos) e a desmontagem dos serviços, com a confusão e dificuldades de articulação ICEP/Turismo, do turismo com a diplomacia económica, agora com a saída do turismo das estruturas regionais do Ministério da Economia, há algum tempo com a privatização de parte do capital da Enatur.

A criação de um Ministério do Turismo recebeu o aplauso generalizado do sector. Mas, mais do que um representante do turismo no Conselho de Ministros esperava-se, ou seria de esperar, que a criação de um Ministério autónomo representasse a assunção de uma política de turismo transversal e multidisciplinar, pois para representar o turismo junto do poder político conta-se certamente com a CTP, as associações e sindicatos do sector.

Recorde-se que no nosso regime constitucional existiu em vários governos um Ministério do Comércio e Turismo, quase sempre com uma Secretaria de Estado do Turismo forte. Ou muito me engano, ou o que se anuncia é a contraposição entre uma Secretaria de Estado forte e um ministério fraco.

Por outro lado, o Ministério do Turismo deveria incluir o Transporte Aéreo, Aeroportos e Portos da náutica de recreio para ter verdadeiramente uma perspectiva sectorial com substância. O transporte aéreo é crucial na política de turismo da actualidade e o próprio Ministério do Turismo diz ser seu objectivo desenvolver “estudos, iniciativas e acções com vista a conseguir uma maior competitividade das operações e das taxas aeroportuárias”, quando a resolução do Conselho de Ministros que aprovou o Plano de Desenvolvimento Turístico anunciava medidas “tendentes à observação de condições competitividade dos aeroportos nacionais face aos seus congéneres do Sul da Europa”. Primeiro resultado concreto do novo Ministério do Turismo!

Finalmente, a Secretaria de Estado do Turismo em Faro é um número político, sem conteúdo. Na verdade não passa de um gabinete de atendimento do secretário de Estado encarregue de nos próximos dois anos coordenar a acção política do Governo PP/PSD no Algarve. Conhecendo-o sei que se empenhará. Será o interlocutor na Região de todos os interessados no sector, assim substituindo a Região de Turismo, cuja reformulação legal (Qual? Com que orientação?) se anuncia de novo para breve. Também representará o Governo aquando dos incêndios, da abertura das diversas feiras, concursos desportivos, corridas de cavalos, festas do caracol e dos percebes, abertura de escolas, e sempre que algum membro do Governo precise de um substituto para uma iniciativa oficial no Algarve. Eis um caso a que se aplica totalmente o “slogan” da campanha do Governo PSD/PP em 2003 “com o turismo não se brinca”.

Em suma, Turismo com Ministério mas sem estratégia.

JOSÉ APOLINÁRIO

COORDENADOR DO GP/PS PARA A ÁREA DO TURISMO

JOÃO SOARES

TODOS OS VOTOS TÊM O MESMO VALOR

"Fazer frente à actual deriva de direita" do Governo de coligação PSD/PP, repor o Partido no poder "no mais breve espaço de tempo possível" e lutar contra a "descharacterização" do PS. Estas as razões de fundo que levam João Soares a candidatar-se a secretário-geral do PS.

No discurso de apresentação da sua candidatura, proferido no passado dia 22 de Julho, nos jardins da sede nacional do Largo do Rato, Soares prometeu lutar contra "o neoliberalismo selvagem", contra a desvirtualização da Segurança Social e do Serviço Nacional de Saúde. "Oponho-me, frontalmente e sem tréguas, ao esvaziamento da Segurança Social, o desmantelamento do sistema público de saúde e à sujeição ao economicismo", disse, assegurando ainda ter como prioridades políticas as questões ambientais e do desenvolvimento sustentável, bem como a defesa e preservação dos direitos sociais dos cidadãos.

No plano partidário, o deputado socialista adiantou que, se vencer as eleições para a liderança do PS, dará mais meios (incluindo financeiros) às estruturas intermédias do partido.

Caso se torne secretário-geral, o ex-

presidente da Câmara de Lisboa sublinhou que "rejeitará pretensas terceiras vias políticas" em termos de estratégia partidária.

"Sob a minha liderança, o PS não terá adversários à esquerda e repudiará em absoluto o terreno pantanoso da negociação com o nosso adversário político", declarou categórico, afirmando ainda que não fará concessões nem pactuará com miméticas da direita.

Soares afirmou ainda que entra na corrida à liderança por temer que o partido possa vir a ser "dominado por uma mão invisível" e "descharacterizado" como força de esquerda.

"Na minha campanha usarei sempre o punho, a mão do PS, para que não haja dúvidas", declarou, esclarecendo de seguida que tenciona dirigir-se directamente aos militantes socialistas durante a campanha para a liderança do partido.

"Acredito na virtude do voto directo dos militantes do partido na escolha do seu secretário-geral. Acredito no voto livre de influências caciqueiras", porque, insistiu, "todos os votos dos militantes têm o mesmo valor, seja qual for a posição que este ou aquele dirigente ocupe na estrutura do partido".

Na sessão de lançamento da sua candidatura a secretário-geral do PS, João Soares apresentou-se como um político "à esquerda" no espaço do "socialismo democrático".

"Vejo o PS como uma força de esquerda,



com um discurso sem ambiguidades e sem concessões. Quero discutir ideias e política e espero ser avaliado pelos

militantes por esses critérios", avisou. Recorde-se que João Soares anunciou em Março a sua disponibilidade para

avancar para a liderança do PS, candidatura que viria a formalizar na última reunião da Comissão Nacional, onde entregou ao Presidente Almeida Santos 100 assinaturas destinadas à subscrição da mesma.

O apoio da família

Muitos apoiantes, entre os quais os seus pais Mário Soares e Maria de Jesus Barroso, estiveram na apresentação da candidatura a secretário-geral de João Soares.

O ex-Presidente da República Mário Soares manifestou apoio à candidatura do seu filho João Soares à liderança do PS e acusou o Governo de Pedro Santana Lopes de ser "um Executivo de opereta". "Não é por ser meu filho que apoio a candidatura do João, mas porque estou convencido que é o melhor líder para o PS", afirmou, esclarecendo que o primeiro grande contributo que pode trazer a candidatura de João Soares é "a moralidade".

"João Soares é alguém com grande experiência do partido e que seguiu um percurso coerente. Tem energia e conhece o país real", disse ainda Mário Soares. Assistiram também à sessão de lançamento da candidatura de João Soares o presidente do Sporting, Dias da Cunha, Alfredo Barroso, os deputados Vítor Ramalho, Carlos Luís, Rui Cunha entre outros.

MARY RODRIGUES

COMISSÃO NACIONAL

APROVADO CALENDÁRIO DO CONGRESSO

A Comissão Nacional do PS aprovou a data de realização do próximo Congresso Nacional, que terá lugar entre 1 e 3 de Outubro, decorrendo as eleições para secretário-geral do partido a 24 e 25 de Setembro.

Segundo o calendário aprovado na reunião do passado dia 19, a entrega de candidaturas à liderança e de moções de orientação política termina a 26 de Agosto.

A Comissão Nacional que aprovou por unanimidade o regimento e o regulamento para a eleição do secretário-geral e dos delegados ao XIV Congresso Nacional (que são publicados nesta edição do "AS"), elegeu ainda a Comissão Organizadora do Congresso (COC), presidida pelo camarada Vieira da Silva.

Além de Vieira da Silva, integram a COC os camaradas António Galamba, António Ramos Preto, Artur Penedos, Augusto Santos Silva, Carolina Tito de Morais, Carlos Luís, Idália Moniz, João Paulo Rebelo, Maria de Belém, Renato Sampaio, Sónia Fertuzinhos e Vera Jardim.

Farão ainda parte da COC um representante a indicar por cada um dos candidatos à liderança do PS, ou por cada moção de orientação global a



apresentar no Congresso.

Entretanto, em mensagem lida por Almeida Santos à Comissão Nacional, o secretário-geral demissionário do PS, Ferro Rodrigues, disse que "não irá ao Congresso por razões que considera óbvias e justificadas", e que "não tomará posição relativamente a nenhum candidato", avisando que, "por isso, nenhum candidato poderá reclamar o seu apoio".

Na reunião do Hotel Altis, o camarada João Soares formalizou a sua candidatura a secretário-geral do PS, entregando as cem assinaturas que os estatutos determinam. E exigiu que o partido introduza um limite de despesas aos candidatos à liderança e proporcione igualdade de meios no acesso aos ficheiros de militantes.

A Comissão Nacional ficou ainda marcada pelo anúncio do camarada José Lamego de que não será candidato à liderança do PS. O antigo secretário de Estado da Cooperação no primeiro Governo de António Guterres justificou a sua decisão por "existir já no terreno uma candidatura no mesmo espaço programático", do que a sua, a do dirigente socialista José Sócrates.

SOARES E SÓCRATES ELOGIAM DISTANCIAMENTO DE FERRO RODRIGUES

Os candidatos à liderança do PS João Soares e José Sócrates elogiaram a decisão do secretário-geral socialista demissionário, Ferro Rodrigues, de se distanciar do processo de escolha do seu sucessor.

Em declarações no final da última reunião da Comissão Nacional, o camarada João Soares considerou "muito correcto" o facto – anunciado pelo presidente do partido, Almeida Santos –, de Ferro Rodrigues se ausentar do próximo Congresso do PS e não tomar posição relativamente a nenhuma candidatura à liderança. Também o camarada José Sócrates salientou a posição tomada por Ferro Rodrigues, que referiu como "muito natural", tratando-se de um líder cessante, e acrescentou que "é muito razoável e muito sensato que o anterior secretário-geral não se envolva agora numa disputa eleitoral interna".

J. C. C. B.

MANUEL ALEGRE

PELA MODERNIZAÇÃO DO PS NA FIDELIDADE AOS PRINCÍPIOS

Um PS inspirado por uma cultura de valores e princípios, genuinamente democrático e plural nas suas possibilidades de participação, enformado pela ética republicana de serviço público e aberto aos sinais e às exigências do nosso tempo, empenhado na construção de uma modernidade que incorpore os avanços da ciência e das tecnologias ao serviço das pessoas, no quadro de uma verdadeira alternativa ao Governo de direita, foram ideias avançadas por Manuel Alegre na formalização da sua candidatura a secretário-geral do PS.

Na sessão de apresentação que teve lugar no dia 29 de Julho, no Largo do Rato, Alegre afirmou que a alternativa que se coloca aos militantes é entre "uma cultura de partido inspirada por valores e princípios que a acção política deve necessariamente traduzir, com exigência e espírito de rigor, mesmo quando as decisões possam implicar rupturas com o situacionismo vigente e o pragmatismo que procura evitar o conflito das diferenças profundas e tenta gerir o sistema sem nunca afectar os centros de interesse nele instalados".

Referindo que a sua candidatura é também "um teste para avaliar até que ponto há correspondência entre a opinião pública e a vida interna do PS", Manuel Alegre apelou a todos os militantes "para que participem, para que se interroguem e nos interroguem, para que decidam livre e conscientemente", já que "ninguém é dono de ninguém, nenhuma estrutura se pode substituir à consciência individual de cada militante".

Entre as razões que o levaram a entrar na corrida à liderança do PS, Alegre afirmou que se candidata "pela democracia, cuja qualidade foi degradada pela coligação chefiada por Durão Barroso e corre o risco de sê-lo ainda mais com o novo governo populista de direita", por "um novo idealismo democrático, baseado na síntese entre a liberdade e a justiça social", por "uma política de paz e de

independência nacional, no quadro da nossa integração europeia", pela "igual liberdade de homens e mulheres" e "para valorizar a nossa diversidade étnica, cultural, nacional e espiritual, transformando-a numa oportunidade de desenvolvimento".

Alegre salientou ainda que se candidata à liderança do partido "para que a democracia não se resume ao funcionamento da alternância e para que seja possível construir uma verdadeira alternativa de esquerda à coligação de direita. Para que quem vota socialista saiba que vota pela mudança e por um governo diferente dos governos de direita, não apenas no estilo, mas no conteúdo das suas políticas".

E sublinhou: "Candidato-me pelo socialismo, cuja palavra que não tenho medo nem vergonha de dizer e cujo conceito moderno não confundo nem com as fracassadas experiências totalitárias do comunismo soviético e seus derivados, nem com a incapacidade revelada pelas recentes experiências de governos socialistas na Europa para inverterem a lógica neoliberal dominante e criarem soluções políticas alternativas".

Terceira via é passado

Afirmando ainda que se candidata pela "modernização do projecto socialista,



pela modernização da democracia, pela modernização do PS e pela modernização do país", o deputado e dirigente do PS considerou que face ao processo de mutação do capitalismo o socialismo também tem de mudar.

Só que, sublinhou, a grande questão que se coloca é a de saber em que sentido deve o socialismo mudar, adiantando que não pode ser "no sentido de uma diluição nem da capitulação perante o neoliberalismo dominante, mas no sentido da conjugação do rigor económico e financeiro com a consolidação dos serviços públicos e das políticas sociais, que constituem a

essência do socialismo".

E frisou, a propósito, que "a modernidade não está na chamada terceira via. A terceira via é já passado. A modernidade passa por um novo contrato social. Por instrumentos eficazes de regulação da economia de mercado, mas também por um Estado estratega, cuja função não se reduz ao papel de árbitro". Sobre a contra-reforma social levada a cabo pela direita, Alegre afirmou que "não aceitamos o progressivo desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde", a "transformação da segurança social numa segurança social pública de segunda para pobres e noutra

privada, de luxo, para ricos", o "desinvestimento na educação e na inovação", o "desequilíbrio sistemático das leis laborais em desfavor dos trabalhadores" e a "multiplicação de poderes burocráticos contra os poderes democráticos".

Tentação centrista é um arcaísmo

Por outro lado, no plano interno, Alegre referiu que "fala-se muito em renovação", só que, defendeu, "a renovação não é uma questão de nomes nem de gerações, a renovação é uma questão de método, de valores, a renovação é intergeracional, paritária, faz-se com homens e mulheres, com jovens e idosos e, sobretudo, com ideias, com causas, com projectos". E considerou que "a tentação centrista é um arcaísmo e um mito que leva à diluição e descaracterização do socialismo democrático e à degenerescência da democracia num neo-rotativismo entre dois partidos cada vez mais parecidos e dependentes do bloco central dos interesses".

Na sua declaração política, Alegre defendeu ainda que "o PS não deve fazer coligações pré-eleitorais. Deve apresentar-se às eleições sozinho, com as suas cores e o seu programa. E deve lutar por uma maioria absoluta".

Contudo, adiantou, "se conseguir uma maioria relativa, deve assumir a responsabilidade de criar condições estáveis de governabilidade. E deve fazê-lo negociando com as outras forças parlamentares de esquerda. A estabilidade não é um privilégio da direita, a estabilidade também pode construir-se à esquerda".

J. C. CASTELO BRANCO

MOBILIZAR A ALMA POPULAR E DE ESQUERDA

"Mobilizar a alma popular e de esquerda do PS é o único caminho para derrotar a direita", afirmou Manuel Alegre ao anunciar a sua candidatura a secretário-geral do partido, que considerou "um imperativo cívico e político".

Em conferência de Imprensa na Assembleia da República, Manuel Alegre, que se encontrava acompanhado da camarada Maria de Belém, reafirmou que nunca teve a ambição de ser líder do PS, só que, explicou, "os acontecimentos vieram ter comigo". E garantiu que "não vai desistir", porque, sublinhou, "quando me meto num combate é para ir até ao fim".

Depois de agradecer os incentivos que recebeu para avançar com a sua

candidatura, que apresentará uma moção, intitulada "Mais igualdade, melhor democracia", Alegre sublinhou que "aquilo que está em causa neste momento é a natureza do PS, que é e tem de ser um partido de esquerda".

Nesta primeira declaração de candidatura, o camarada Manuel Alegre referiu que a sua candidatura pretende ser um "contributo para a dignificação do Congresso e debate de ideias" e que tem também como objectivo vencer as eleições para o cargo de secretário-geral, apesar de ter consciência que "parte em condições desiguais".

Militantes não precisam de intermediários

"Vamos lutar contra o tempo. Pelos vistos, havia quem já estivesse a preparar-se há muito tempo para eleições no PS", afirmou, alertando que

o Congresso "não é uma nomeação, coroação ou plebiscito".

"Ao contrário do que alguns pretendem fazer o secretário-geral do PS ainda não foi eleito. O Congresso só será decidido pelos militantes, não há intermediários. Não são os presidentes das federações que vão escolher o futuro secretário-geral do PS", disse, tendo de seguida acrescentado que "ninguém é dono de ninguém e não há vencedores à partida".

E aproveitou a ocasião para reafirmar que não tem "adversários" dentro do partido. "Os meus adversários são a direita política e, sobretudo, a direita dos interesses", afirmou.

Questionado sobre se será também candidato a primeiro-ministro caso seja eleito secretário-geral, Alegre esclareceu que quer os estatutos do partido quer a Constituição referem que os candidatos a primeiro-ministro não

são escolhidos no Congresso. "Se for eleito haverá no momento próprio um primeiro-ministro à altura de vencer as eleições", acrescentou.

Na sua intervenção, o deputado socialista referiu ainda que a sua candidatura está assente num projecto que pretende "federar e congregar pessoas que se revêm em determinados valores e princípios com um objectivo: combater e derrotar o inimigo comum, a direita".

Manuel Alegre saudou ainda a "coerência" da candidatura de João Soares anunciada desde Março, "já que outros não o fizeram e estavam a preparar a sua candidatura".

Candidatura intergeracional

Numa curta intervenção inicial, a camarada Maria de Belém divulgou um abaixo-assinado de cem destacados

militantes, desde autarcas até sindicalistas, passando por deputados e ex-ministros, entre outros, de apoio à candidatura do actual vice-presidente da Assembleia da República ao cargo de secretário-geral do PS.

Entre os cem subscritores do documento consta o nome do presidente honorário do PS, Fernando Valle, grande referência moral e cívica de todos os socialistas.

Trata-se de uma lista, explicou Maria de Belém, "composta por mulheres e homens livres, de vários pontos do país, intergeracional, militantes que querem participar no debate de ideias no Congresso, exercendo o seu direito de cidadania" e que consideram que a candidatura de Manuel Alegre é aquela que "mais garantias dá de presidir a este grande debate democrático sobre qual o projecto do PS para o país".

J. C. C. B.

SÓCRATES EM CASTELO BRANCO

APOSTA NA RENOVAÇÃO E ABERTURA DO PARTIDO

"Renovação e abertura" foram as palavras utilizadas por José Sócrates para definir o rumo que deseja para o PS no dia do arranque da sua campanha de candidatura à liderança do partido.

Num jantar em Castelo Branco, na noite do dia 21, que reuniu centenas de militantes, Sócrates defendeu renovação nos métodos, na acção política, nos rostos e abertura à colaboração com independentes.

Na sua intervenção, José Sócrates teceu duras críticas ao novo Governo, que considerava ter virado "declaradamente à direita".

"Não é só o facto de o CDS/PP ter quatro em vez de três ministérios, mas sim o facto de ter-lhe sido entregue o mais nobre, o que distingue qualquer Governo, para o bem e para o mal. O Ministério das Finanças estar entregue ao partido com menos votos na coligação é o sinal dessa viragem", referiu. A separação ministerial do Trabalho e da Segurança Social também mereceu fortes críticas do candidato a líder do PS.

"Há uma desvalorização do Trabalho enquanto elemento social e uma valorização



enquanto custo ao estar entregue à Economia. Isso é um erro político muito significativo", referiu.

José Sócrates criticou também a "instabilidade absoluta" que diz existir no Ministério do Ambiente, com quatro ministros em dois anos, manifestando-se contra a escolha de Luís Nobre Guedes para ministro do Ambiente, "uma pessoa sem preparação e conhecimento dos dossiês". Para o camarada Sócrates, "não houve uma critério global que presidisse à escolha dos

membros do governo" liderado por Santa Lopes, que diz ter sido constituído "em cima do joelho".

Em declarações aos jornalistas no decurso do jantar, Sócrates considerou positivo o eventual aparecimento de mais candidatos ao cargo de secretário-geral do partido. "Quanto mais aparecerem, melhor para o PS. Este é um momento de diversidade", declarou.

"O congresso vai ser clarificador das escolhas do PS. Vai ser definida uma lide-

rança e uma estratégia, com a qual o partido se vai apresentar nas próximas eleições", realçou.

À tarde durante uma visita à Universidade da Beira Interior (UBI), na Covilhã, onde reuniu com os professores da instituição, José Sócrates disse que quer um PS aberto aos independentes e aos quadros universitários. "Começo por aqui, na Covilhã, porque este é o distrito que represento e foi aqui que aprendi a fazer política: com os pés bem assentes na terra, como é próprio do interior", disse, afirmando ter como um dos objectivos da sua acção política "fazer todos os possíveis para que o interior não fique tão esquecido e marginalizado como o tem sido na vida política nacional".

José Sócrates referiu ainda que o facto de começar a sua "campanha" na UBI tem outro significado: "A abertura do PS à participação e ao trabalho com independentes", nomeadamente "os quadros universitários".

"Independentes com os quais devemos construir um projecto político modernizador para Portugal", acrescentou.

No fundo, frisou, "é trazer de novo ao PS o espírito dos Estados Gerais, um projecto político aberto, em que Portugal volte a

acreditar, face ao actual vazio na estratégia nacional".

Neste âmbito, José Sócrates apontou a ciência e educação como uma das prioridades da sua candidatura.

"Se uma palavra resume essa aposta, então ela é: conhecimento, conhecimento, conhecimento", repetiu.

Na sua deslocação ao distrito de Castelo Branco, Sócrates esteve ainda no Fundão onde reuniu com empresários acerca da situação difícil que passa a economia local, marcada pelo encerramento de várias empresas, nomeadamente da área têxtil. "O interior passou um mau bocado e, por isso, é necessário justiça e solidariedade para com as áreas afectadas", defendeu.

Apoiantes criam clube de política

Entretanto, militantes da Secção de Benfca e S. Domingos apoiantes da candidatura de José Sócrates a líder do PS criaram um novo clube de política, denominado "Cidadania", com o objectivo de discutir a participação, a cidadania e também os problemas das suas freguesias e da cidade de Lisboa.

JANTAR COM AUTARCAS EM LISBOA

"NOVO PARADIGMA PARA A GESTÃO AUTÁRQUICA"

Um "novo paradigma para a gestão autárquica" assente em três vectores, ambiente, valorização urbanística e um novo modelo de financiamento, foi defendido no passado dia 22 por José Sócrates, durante um jantar, na antiga FIL em Lisboa, com cerca de 80 autarcas socialistas de todo o país, apoiantes da sua candidatura a secretário-geral do PS. Neste jantar, em que defendeu também a divisão do país em cinco regiões, retomando assim a bandeira da regionalização, José Sócrates afirmou

que, se for eleito secretário-geral do PS, o partido recusará coligações pré-eleitorais com outras forças de esquerda e lutará por obter maioria absoluta nas eleições legislativas.

"O PS tem a ambição de ganhar sozinho, é assim que me apresento", disse, sublinhando: "Comigo a líder do PS as coisas serão claras. O PS tem a ambição de ganhar sozinho as próximas eleições legislativas, lutando pela maioria absoluta".

Por outro lado, o dirigente socialista

voltou a insistir na tónica de "um PS da esquerda moderada", sublinhando que "foi assim que o PS nasceu e é assim que os portugueses nos querem".

E sustentou que o partido "deve ter orgulho na sua história, mas tem de procurar soluções para o futuro".

José Sócrates voltou a saudar as candidaturas adversárias, referindo que a entrada dos camaradas João Soares e de Manuel Alegre na corrida à liderança do partido "vai contribuir para o enriquecimento do debate".

DEBATE EM SANTARÉM

PS NÃO TEM CRISE DE IDENTIDADE

O PS "não tem, nem precisa de ter uma crise de identidade política", afirmou na passada terça-feira José Sócrates, numa reunião com militantes em Santarém, no âmbito da sua campanha para a liderança do partido.

Para Sócrates, o PS deve ser um "partido que corporize um projecto de uma esquerda moderna, fiel aos seus princípios ideológicos, à altura da sua história, mas concentrado na procura de respostas para os complexos problemas e desafios de hoje".

Na sua intervenção, o candidato à liderança do PS referiu-se às preocupações ambientais como uma das novas áreas da política de particular relevância, sublinhando a importância da articulação das políticas florestais com as ambientais, nomeadamente na prevenção dos fogos.

José Sócrates falou ainda de uma nova geração de políticas sociais, que devem assentar num conjunto de respostas aos problemas com que se debatem as famílias, em particular no que diz respeito à articulação entre trabalho e vida familiar.

DIRECÇÃO DE CAMPANHA

A candidatura de José Sócrates a secretário-geral decidiu organizar-se numa estrutura de campanha segundo funções definidas. Assim, o camarada Capoulas Santos é responsável pela direcção política, Pedro Silva Pereira pela direcção da candidatura, Marcos Perestrelo pela direcção operacional, Fernando Serrasqueiro pela direcção financeira, Rui Pedro Soares pela direcção de comunicação, Ramos Preto pelo departamento jurídico e Sérgio Sousa Pinto pela moção de estratégia.

JANTAR COM MILITANTES DO PORTO

CHOQUE TECNOLÓGICO É A RESPOSTA PARA O ACTUAL VAZIO ESTRATÉGICO

O PS tem que construir "uma alternativa política", capaz de "responder ao actual vazio estratégico", que deve assentar, em primeiro lugar, num "choque tecnológico", defendeu o candidato a secretário-geral do partido, José Sócrates.

Falando no dia 23, num jantar com militantes do Porto, José Sócrates afirmou que deve ser feito "um investimento sério na área do conhecimento, da inovação, da investigação e da cultura", salientando que "é neste domínio da tecnologia e da formação que o PS tem que estruturar uma proposta política capaz de responder ao actual vazio estratégico".

Para o candidato à liderança do PS, depois de "dois anos maus de mais para Portugal", o país tem pela frente um enorme desafio que é "voltar a crescer economicamente", o que passa por "um choque tecnológico" que suprima as lacunas de formação e educação que afectam a população activa portuguesa.

Na sua intervenção, o camarada José Sócrates criticou também o Governo e o novo primeiro-ministro, salientando nomeadamente que Santana Lopes "tomou posse já com uma grande cruz em cima" que é "a de quem teve o maior insucesso de que há memória na Câmara Municipal de Lisboa".

É que, acrescentou, "qualquer que seja o ângulo por onde se analise a sua obra em Lisboa, o resultado é sempre um desastre", dando como exemplos paradigmáticos o Parque Mayer e o Túnel das Amoreiras. No plano interno, Sócrates voltou a reafirmar que a sua candidatura representa "a esquerda democrática e moderna em Portugal" e que, se for eleito, "promoverá uma renovação de métodos e de quadros" no partido.

A abrir a série de discursos durante o jantar, o líder da Federação do Porto, Francisco Assis, anunciou que tinha endereçado aos três candidatos à liderança do partido um convite para debaterem na Cidade Invicta os seus projectos e as suas propostas para o PS, de forma a que Sócrates, Soares e Alegre possam "travar um combate aberto".

O ROLO COMPRESSOR

O erro cometido pelo rolo compressor foi o de ignorar que ter maioria dá legitimidade para agir, não dá razão e que o erro não sabe se é maioritário ou minoritário, é apenas erro. Esqueceu-se que a vitória é um resultado, não é um valor, pelo que quem aplica mal a legitimidade que recebe acaba derrotado.

Na Assembleia da República, a oposição tem estado submetida a um rolo compressor. Em geral, as suas ideias não são valorizadas; as suas propostas não são tidas em conta; os seus projectos relevantes não são aprovados.

Um dos casos mais exemplares desta dinâmica é o da transformação do RMG em RSI. Disposto a que não ficasse pedra sobre pedra da nova geração de políticas sociais assim baptizada pelo José António Vieira da Silva e lançada pelo então ministro Ferro Rodrigues, Bagão Félix decidiu mudar o nome à medida. A cosmética até parecia positiva, dado que acrescentava a palavra inserção, palavra de mérito numa medida de combate à pobreza extrema. Mas os erros cometidos e logo denunciados – discriminação das pessoas em função da idade, incapacidade de reflectir a pluralidade de formas familiares contemporâneas e, sobretudo, uma fórmula de cálculo de rendimentos que afastaria pessoas sem um cêntimo de rendimento do acesso à prestação – foram simplesmente ignorados, apesar da argumentação dos deputados do PS.

Foi preciso esperar pelos efeitos, para se ver a dimensão do impacto dos erros cometidos. Como a verdade acaba sempre por vir ao de cima, sabe-se agora que o disparate governamental redundou em desastre para quem vive na mais extrema pobreza.

O erro cometido pelo rolo compressor foi o de ignorar que ter maioria dá legitimidade para agir, não dá razão e que o erro não sabe se é maioritário ou minoritário, é apenas erro. Esqueceu-se que a vitória é um resultado, não é um valor, pelo que quem aplica mal a legitimidade que recebe acaba derrotado.



PAULO PEDROSO

ANTÓNIO GALAMBA COORDENADOR AUTÁRQUICO

O Secretariado Nacional do PS, na sua última reunião de dia 27 de Julho, designou o deputado António Galamba coordenador autárquico, na sequência da apresentação da demissão de Jorge Coelho.

Galamba vai exercer o cargo a título provisório, até à realização do próximo congresso do partido, marcado para os dias 1, 2 e 3 de Outubro.

De referir que António Galamba já exercia competências naquela área na qualidade de adjunto de Jorge Coelho.

CONCLUÍDO RELATÓRIO SOBRE INCIDENTES DA LOTA DE MATOSINHOS

A Comissão de Inquérito aos incidentes ocorridos na Lota de Matosinhos durante a última campanha para as eleições europeias completou já os seus trabalhos, elaborando os relatórios, conclusões e propostas finais.

Esta entidade, composta por Almeida Santos, Vera Jardim e Jorge Lação e constituída pela Comissão Política do PS em 15 de Junho passado, entregou o respectivo processo ao presidente do partido e secretário-geral em exercício, visando a apreciação do mesmo pela Comissão Política na primeira reunião que venha a ter lugar.

Opinião

ALMEIDA SANTOS

MAIORIA ABSOLUTA PARA O PS NAS LEGISLATIVAS DE 2006

Nas próximas eleições legislativas o PS obterá, pela primeira vez, a maioria absoluta. Esta a convicção expressa pelo presidente do partido, Almeida Santos, após acusar o Governo da coligação de direita de “proteger os ricos em prejuízo dos pobres”.

Acredito que nas legislativas o PS tenha a maioria absoluta”, disse Almeida Santos, durante as comemorações do “Dia da Federação” do PS de Coimbra, em Arganil, com a participação do presidente honorário do PS, Fernando Valle, que na próxima semana completa 104 anos de vida.

António Almeida Santos sustentou que os governos socialistas só podem ser comparados com os formados pelo PSD quando o PS obtiver maioria absoluta.



“Quisemos aprovar muitos projectos que a maioria da direita com alguns da esquerda chumbou contra nós, e não pudemos impor a nossa vontade”, sublinhou.

Sobre os próximos combates, Almeida Santos afirmou que o PS “irá ganhar (as eleições regionais) nos Açores e melhorar o score na Madeira”.

Numa alusão ao recém-empossado Governo de Santana Lopes, Almeida Santos criticou-o por “querer reduzir os custos o mais que puder cortando aos pobres”.

Trata-se de “um Governo que vive para dar continuidade a um Governo anterior, com um programa de protecção aos que têm muito e de sacrifícios dos que têm menos”, disse, considerando que “a grande fortuna em Portugal coincide com a grande miséria”.

MILITANTES COM DUPLA SECÇÃO

OPÇÃO PELA SECÇÃO DE VOTO

Termina no próximo dia 3 de Agosto o prazo para os camaradas optarem pela secção onde desejam exercer o seu direito de voto para efeitos do próximo Congresso.

A comunicação desta opção tem de ser feita para a sede nacional, Largo do Rato, 2 – 1269-143 Lisboa, ou através do fax n.º 21 382 20 31, a fim de se proceder às alterações dos cadernos eleitorais.

Esta obrigação decorre do artigo 4º, n.º 3 do Regulamento do XIV Congresso, aprovado na última Convenção Nacional e que se publica nesta edição do “Acção Socialista”.

Outra obrigação dos militantes é a de terem as quotas em dia, dever fundamental para poderem participar plenamente na vida partidária. Assim, os camaradas que desejem votar nos próximos actos eleitorais devem proceder ao pagamento das respectivas quotas. Só assim podem eleger e ser eleitos, só assim podem fazer valer a sua voz. O pagamento das quotas pode ser efectuado na sede nacional do PS ou nas secções que tenha estabelecido protocolo, por depósito bancário em dinheiro ou cheque ou ainda por transferência para a conta BCP-Nova Rede

/ PS-Quotizações – N.º 45234162873, indicando sempre ao balcão o n.º de militante correspondente.

Os camaradas poderão optar igualmente pelo pagamento através de multibanco da seguinte forma: Entidade 20132/Referência 0000... + n.º de militante num total de 9 dígitos / preenchendo o item “Montante” com o valor em dívida.

Qualquer outra informação sobre pagamento de quotas poderá ser solicitada junto do Departamento Nacional de Dados do PS ou pela linha azul 808 201 695.

CONGRESSO DA JS

NOVO LÍDER QUER RETOMAR CAUSAS FRACTURANTES

A promessa de um combate sem tréguas a Santana Lopes, o retomar de algumas causas fracturantes e a exigência da reposição imediata do crédito jovem bonificado para a compra de habitação, marcaram a intervenção de Pedro Nuno Santos na sessão de encerramento do XIV Congresso da JS, em Guimarães, em que foi eleito líder.

Pedro Nuno Santos foi eleito com 365 votos, mais 122 do que o outro candidato à liderança da JS, Luís Filipe Pereira, tendo beneficiado da desistência de duas outras listas, encabeçadas pelos camaradas Hélio Fazendeiro e João Ribeiro.

No seu discurso de encerramento do Congresso, o novo secretário-geral da JS sustentou que “o eleitorado do centro não se conquista deslocando-nos para a direita nas políticas defendidas, mas sim apresentando uma alternativa de esquerda para o país”.

E prometeu uma luta permanente contra o actual Governo. “O dr. Santana Lopes pode ter a certeza de uma coisa: vai ter a



Hermano Correia/PHO

o espaço que lhe pertença” e retomará algumas causas fracturantes como a “legalização” das drogas leves e a “regularização” da prostituição.

Em representação do partido falou o líder do Grupo Parlamentar, António José Seguro, que exortou a JS a “inquietar, interrogar e abalar” o PS, o que só se consegue, frisou, “quando há irreverência, mas sobretudo quando há causas”.

Referindo que os socialistas se posicionam na área da “esquerda moderna e moderada”, Seguro sustentou que o novo Governo da direita chefiado por Santana Lopes tem “legitimidade democrática, mas não tem autoridade política”.

A sessão de encerramento do Congresso da JS contou também com a presença de João Soares, Paulo Pedrosa, Joaquim Barreto, presidente da Federação do PS de Braga, António Magalhães, presidente da Câmara Municipal de Guimarães, e Jamila Madeira, a secretária-geral cessante da JS e actual eurodeputada pelo PS.

JS à péna durante os próximos dois anos”, avisou, exigindo ainda que o novo primeiro-ministro reponha de “imediato” o crédito jovem bonificado para a compra de habitação.

Na sua intervenção, Pedro Nuno Santos afirmou ainda que a “JS voltará a ocupar

EQUIPA DE SANTANA LOPES NÃO CONVENCE SOCIALISTAS



Marcas e erros do passado constituem a dominante do Governo empossado no dia 17 de Julho, chefiado por Pedro Santana Lopes.

Para o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, Guilherme d'Oliveira Martins, numa primeira reacção à formação do Executivo, "a maioria PSD/CDS está cansada".

"Verifica-se uma continuidade relativamente ao Executivo de Durão Barroso. Não estamos perante um Governo novo", defendeu.

Também o deputado do PS Augusto Santos Silva criticou, em Coimbra, as titulares das pastas da Cultura e da Educação, afirmando não se conhecer qualquer ideia às novas ministras.

A pasta da Educação do XVI Governo Constitucional foi assumida por Maria do Carmo da Costa Seabra, sendo Maria João Bustorff Silva a nova ministra da Cultura.

À margem de uma reunião de militantes do PS, Santos Silva afirmou que "48 horas depois de tomarem posse, não se conhece às novas ministras um pensamento político, uma ideia que seja" sobre as áreas que tutelam.

"Na Educação e na Cultura é o completo vazio" acrescentou.

Já sobre Maria da Graça Carvalho, que transitou do Governo de Durão Barroso na pasta da Ciência e Ensino Superior, o deputado socialista antevê uma "política de continuidade onde temos divergências fundamentais".

O parlamentar do PS criticou ainda Santana Lopes, sublinhando que o novo primeiro-ministro "acaba de bater um recorde. Consegue fazer um governo ainda pior do que o anterior de Durão Barroso" e contestou a separação das pastas do Trabalho e da Segurança Social, bem como as designações de alguns ministérios, exemplificando com o da Segurança Social, Família e Criança. "É típica demagogia, diz tudo da forma de Santana Lopes fazer política"

sustentou.

Já a escolha de Nobre Guedes para ministro do Ambiente foi classificada pelo PS como uma "péssima notícia" por considerar que este dirigente do CDS-PP "é uma pessoa sem qualquer conhecimento ou experiência na área". Em declarações à Imprensa, o deputado socialista Pedro Silva Pereira sublinhou que a pasta do Ambiente "vai ser entregue a um partido que se apresentou na última campanha eleitoral propondo a extinção do Ministério do Ambiente e a sua simples redução a secretaria de Estado". "Vamos para o quarto ministro do Ambiente em apenas dois anos e, pela quarta vez, temos um ministro que não tem nenhuma experiência ou conhecimento desta área. Já não é um defeito, é feito. Na coligação de direita, nunca se escolhe para ministro do Ambiente alguém que perceba de ambiente", comentou o deputado.

Para Silva Pereira, fica "demonstrado" que a intenção do Governo é "acabar de vez com o Ministério do Ambiente".

ALEGRE SUBSTITUI FERRO NO CONSELHO DE ESTADO

O dirigente socialista Manuel Alegre vai voltar a integrar o Conselho de Estado, em representação do PS, substituindo o secretário-geral demissionário, Ferro Rodrigues, que renunciou também ao seu lugar naquele órgão de consulta do Presidente da República na sequência da não convocação de eleições antecipadas.

O camarada Manuel Alegre era o terceiro na lista do PS votada em 2002, na Assembleia da República, e a seguir a Almeida Santos, que integra também o Conselho de Estado, e do próprio Ferro Rodrigues.

O Conselho de Estado é actualmente composto por 19 conselheiros, alguns dos quais ocupando o lugar por inerência — o primeiro-ministro, o presidente do Tribunal Constitucional, os presidentes dos governos regionais e os antigos Presidentes da República eleitos na vigência da Constituição e que não tenham sido destituídos, além do próprio chefe de Estado, Jorge Sampaio. Fazem também parte daquele órgão político de consulta cinco membros nomeados pelo Presidente da República e outros cinco escolhidos pela Assembleia da República.

SANTANA PERDULÁRIO

CÂMARA DE LISBOA REPLETA DE DÍVIDAS

Uma dívida de cem milhões de euros a fornecedores e um aumento exponencial da despesa são o resultado de "uma gestão onerosa e sem rigor baseada no show-off permanente", considerou o presidente da Concelhia do PS/Lisboa. Miguel Coelho reagiu assim a uma notícia do jornal "Público", que refere que a Câmara Municipal de Lisboa, sob a gestão do agora primeiro-ministro, Santana Lopes, terminou o ano de 2003 com dívidas de 100 milhões de euros a fornecedores devidas, em grande parte, a um aumento abrupto da despesa e à estagnação da receita nos dois últimos anos.

Em declarações ao "Acção Socialista", o líder da Concelhia de Lisboa refere que as sérias dificuldades financeiras que a câmara enfrenta, "são o paradigma da gestão de Santana Lopes assente numa cultura de publicidade permanente para promover iniciativas efémeras, que não se preocupa com a receita". Por isso, defende que "a câmara tem de mudar os métodos de gestão. Ou seja, é necessária uma gestão muito rigorosa do ponto de vista financeiro e mais consentânea com os reais problemas da cidade, tendo como objectivo um equilíbrio das contas".

Entretanto, o vereador do PS na Câmara de Lisboa Vasco Franco afirmou que o novo presidente da autarquia, Carmona Rodrigues, poderá ter de atrasar obras para conseguir equilibrar o orçamento camarário devido às dívidas acumuladas. "O atraso no pagamento a fornecedores e o evoluir da situação de dívida" obriga Carmona Rodrigues a adoptar medidas, as quais podem passar pela "venda de património e o atraso de algumas obras para moderar as despesas", sustentou Vasco Franco.

Para além das dívidas e de outras obras virtuais como o Parque Mayer ou o jardim do Arco Cego, Santana Lopes deixa também como herança o imbróglio do túnel do Marquês, uma infra-estrutura desde sempre alvo de forte contestação por parte do PS.

Assim, os deputados socialistas da Assembleia Municipal de Lisboa apelaram no dia 20 ao novo presidente da autarquia, Carmona Rodrigues, para desistir da construção do túnel do Marquês, obra suspensa por decisão judicial desde Abril.

"Lanço um apelo a Carmona Rodrigues: se se vier a confirmar a legalidade do seu mandato, que reconsidere sobre o que vai ser feito, que se fique pelo desnivelamento dos cruzamentos e desista do túnel do Marquês", afirmou Miguel Coelho, líder da Concelhia do PS de Lisboa, na reunião da Assembleia Municipal.

J. C. C. B.

PR EMPOSSA GOVERNO

O PAÍS NÃO SUPORTA DERIVA ELEITORALISTA

No discurso que efectuou na tomada de posse do Governo PSD/PP liderado por Santana Lopes, o Presidente da República afirmou que "o país não está, de facto, em condições de suportar qualquer deriva eleitoralista", tendo deixado claro que nos próximos dois anos não existe "margem para programas adicionais de aumento de despesas, nem para reduções de impostos que não sejam compensadas por equivalente diminuição de despesa".

Jorge Sampaio fez questão de salientar que a consolidação orçamental "não

está garantida", a retoma "é ténue" e o controlo do défice abaixo dos três por cento do PIB tem sido conseguido à custa de "medidas extraordinárias que não se podem transformar em regra".

E sustentou que "é preciso conter criteriosamente a despesa pública corrente e combater eficazmente a evasão fiscal", porque, frisou, "só assim se poderá ganhar margem de manobra para evitar que se sacrifiquem indevidamente despesas sociais desnecessárias".

Depois de salientar que, nos últimos dois anos, "agravaram-se os problemas

sociais", com destaque para o desemprego, o Presidente da República considerou que "não poderá haver agora hesitações ou ambiguidades na defesa do caminho europeu que, num extenso e quase consensual entendimento político, temos percorrido, e que os vários governos têm sabido proteger". No seu discurso, Jorge Sampaio pediu ainda melhor produtividade, aumento do crescimento económico e mais investimentos em investigação, inovação, desenvolvimento tecnológico e qualificação de recursos humanos.



PS: ALTERNÂNCIA OU ALTERNATIVA?

Se quiser ser alternativa, o PS tem que saber conjugar a riqueza do seu passado político com a clarividência relativamente às mudanças em curso no mundo actual. Não pode fechar-se hermeticamente no seu passado à procura de uma pureza perdida, nem deve limitar-se a posturas minimalistas ou a ceder à tentação de um pantanoso centrismo político

A decisão do Presidente da República de viabilizar um novo Governo PSD/PP abriu um novo ciclo na vida política portuguesa. Muito se falou já sobre esta decisão controversa. Não é preciso lançar mais achas para a fogueira, pois ela já faz parte do passado e o futuro exige ao PS que concentre todas as suas forças para vencer a manta de retalhos governamental de direita cerzida por Santana Lopes. Importa, porém, recordar que Jorge Sampaio tem uma leitura parlamentarista dos poderes do Presidente da República, leitura que foi reforçada pela revisão constitucional de

1982, subscrita pelo PS. Quem se tivesse dado ao trabalho de ler os textos de Jorge Sampaio publicados nos jornais sobre estas questões, não ficaria surpreendido pela decisão tomada. O que não se pode aceitar é o axioma de que se a decisão fosse a de não viabilizar o Governo de Santana Lopes, o PS e a esquerda já seriam os vencedores antecipados das eleições legislativas. A demissão de Ferro Rodrigues de secretário-geral do Partido Socialista iniciou uma nova etapa na vida do maior partido da esquerda portuguesa, da única organização política capaz de derrotar o Governo de Santana Lopes e de construir uma alternativa política a uma direita que se mantém no poder há mais de dois anos. Para isso não bastam chavões, frases feitas e a reintrodução de receitas esgotadas. O ponto de partida é completamente novo, é o derrubamento de um Governo que tem como objectivo primordial destruir todas as conquistas sociais do 25 de Abril e de uma direita que se prepara para eleger um Presidente da República e assim realizar o ansiado lema sá carneirista "Um presidente, um governo e uma maioria".

Perante um Governo que elabora um Código do Trabalho que aponta para a caducidade dos contratos colectivos de trabalho e o total esvaziamento dos direitos conquistados e um patronato que se recusa a negociar as convenções colectivas com o intuito de vê-las definitivamente caducar, não basta dizer que é preciso opor ao neoliberalismo o contrato social europeu do pós-guerra, pois hoje os protagonistas são outros: um mundo do trabalho que perde direitos sob a iminente ameaça das deslocalizações e da redução das funções sociais do Estado e uma direita que, perante o triunfo e a preponderância do mercado a nível mundial, considera como um obstáculo um Estado de bem-estar que no período da Guerra Fria tolerava apenas por razões táticas.

Perante um Governo que considera que "o quase monopólio da escola pública" põe em causa "a liberdade de aprender e ensinar", que aprova uma lei de bases em que a gestão democrática das escolas é substituída por gestores profissionais não eleitos e o ensino básico é reduzido para seis anos, que elabora uma revisão curricular do ensino secundário em que disciplinas de formação específica estruturantes surgem como optativas e em que a separação radical entre cursos gerais e cursos tecnológicos e profissionais é a regra, não basta dizer que o PS aposta num "choque tecnológico" que supere as limitações da formação e da educação da população activa portuguesa: é necessário dizer que tipo, que modelo de educação públicas propõe o Partido Socialista.

Não basta dizer que o PS é o partido da solidariedade e da justiça social para que se faça luz e a ofensiva da direita se desvança, como se por encanto fosse tocada por uma varinha mágica. Se quiser ser alternativa, o PS tem que saber conjugar a riqueza do seu passado político com a clarividência relativamente às mudanças em curso no mundo actual. Não pode fechar-se hermeticamente no seu passado à procura de uma pureza perdida, nem deve limitar-se a posturas minimalistas ou a ceder à tentação de um pantanoso centrismo político que apenas consegue realizar a alternância fugaz, mas se revela incapaz de construir verdadeiras alternativas duradouras. O futuro é uma aposta que terá que necessariamente ser ganha. O que importa hoje mais do que nunca é quebrar um ciclo longo de hegemonia da direita que se iniciou em 1979 e ameaça perpetuar-se.



JOAQUIM JORGE VEIGUNHA

Opinião

PS/AÇORES MOBILIZA-SE PARA COMBATE ELEITORAL DE OUTUBRO

Prosseguindo o trabalho de preparação para as eleições regionais de 17 de Outubro, o Secretariado Regional do Partido Socialista dos Açores vai reunir-se no próximo dia 13 de Agosto.

Nessa reunião, os socialistas açorianos procederão à aprovação final do Programa Eleitoral que o PS/Açores apresentará a sufrágio dos eleitores nas eleições regionais.

O documento integra já os contributos das cerca de cinco centenas de pessoas sem filiação partidária, provenientes de todas as ilhas do arquipélago, que fizeram parte do Conselho Consultivo de Independentes do PS/Açores e que durante várias semanas reuniram em vários grupos sectoriais para reflectirem e discutirem ideias a serem implementadas nos próximos quatro anos.

A reunião do Secretariado Regional do PS/Açores de Agosto servirá também para ultimar os manifestos eleitorais de cada um dos nove círculos de ilha da região.

Da agenda de trabalhos desse encontro faz também parte a aprovação final das listas de deputados por cada uma das ilhas, que posteriormente serão divulgadas, tornando-se, assim, o PS/Açores o primeiro partido na região a concluir este processo.

Entretanto, são já conhecidos os nomes dos cabeças de lista por cada um dos nove círculos. Assim, pela Ilha de S.



Miguel, encabeça a lista o presidente do partido, Carlos César, enquanto que na Terceira em primeiro lugar está Sérgio Ávila, presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

No Faial, a lista é encabeçada pelo presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Fernando Meneses, e, no Pico, o independente Lizuarte Machado surge em primeiro lugar.

Alberto Costa, presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, é o cabeça de lista por Santa Maria, lugar que em S. Jorge é ocupado por Manuel Silveira, que já foi deputado na última legislatura.

Pelos círculos das ilhas da Graciosa, Flores e Corvo encabeçam as listas Manuel Avelar Santos, Herberto Rosa e Guilherme Fraga Nunes, respectivamente.

Neste momento, a estrutura regional do PS está também a preparar as acções de campanha que se desenrolarão nas diversas ilhas e que visam dar a conhecer as propostas do partido para a próxima legislatura.

Para breve está também o lançamento do novo site de campanha do PS/Açores. Na nova página, poder-se-á encontrar toda a informação sobre o PS, e os cibernautas poderão ter acesso à agenda actualizada do partido.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PS

UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A MADEIRA

O PS/Madeira tem já pronto o programa de governo com que vai apresentar-se às próximas regionais de Outubro. Uma nova geração de políticas capazes de responderem nas mais diversas áreas às profundas assimetrias da sociedade madeirense e de combate à exclusão de uma parte da população, que aposta numa dinâmica de desenvolvimento não centrada exclusivamente no beirão são as suas ideias centrais. Os socialistas madeirenses defendem uma visão estratégica para a região de forma a torná-la mais moderna, competitiva, desenvolvida e solidária, fundada na qualidade dos seus recursos humanos e apoiada no desenvolvimento sustentável.

Partindo do diagnóstico de que a maior fragilidade da sociedade madeirense é a qualificação das pessoas - trabalhadores e empresários -, o programa de governo do PS dá prioridade absoluta à qualificação dos recursos humanos, preconizando uma aposta total na educação articulada com a formação, ciência e cultura.

O programa de governo socialista coordenado pelo deputado Maximiano Martins, e que envolveu os dirigentes do



partido e independentes, dá também prioridade à competitividade da economia da região baseada num modelo de desenvolvimento sustentável e gerador de emprego, no quadro de uma reorientação das políticas económicas e sociais.

Assim, o desígnio de uma nova geração de políticas que, ao contrário do Estado paternalista, corporativo e intervencionista que caracteriza os últimos 30 anos na região autónoma, aposta nas empresas e no empreendedorismo, na descentra-

lização, na aplicação do princípio da subsidiariedade e no reforço e capacitação do associativismo voluntário.

Outra das prioridades do programa socialista é a coesão social e combate à pobreza e a todas as formas de exclusão social, importando para isso colocar em primeiro plano um programa de luta contra a pobreza, implementar políticas activas e progressistas de apoio à natalidade e aumentar significativamente o número de centros de dia e de lares para a população sénior.

O programa de governo do PS dá ainda uma particular atenção ao sector da saúde, considerando que a qualidade dos serviços de saúde é um elemento importante de prossecução das políticas de coesão social e de qualidade de vida. Nesse sentido, e numa linha de sustentabilidade do sistema e de melhoria da eficiência dos serviços públicos, o programa de governo refere que deve apoiar-se o desenvolvimento de formas de empresarialização dos hospitais, garantindo a não exclusão social e a verificação de princípios de tratamento igual, no contexto de uma entidade pública empresarial.

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

ESTE GOVERNO É MAIS DO MESMO PARA PIOR

"Sem energia e sem vontade" o novo Governo reflecte, para pior, "mais do mesmo", afirma António José Seguro ao "Acção Socialista". Para o líder parlamentar do PS, "a velha maioria está agarrada ao poder" e, por isso, nos "próximos dois anos vai valer tudo para tentarem ganhar as eleições". Sem pôr em causa a legitimidade democrática do Governo, o Presidente do GP/PS não tem dúvidas de que o Executivo liderado por Santana Lopes está "ferido" na sua "autoridade política".

Tem afirmado que não se pode "deixar o governo à solta". Como se vai posicionar o Grupo Parlamentar do PS face ao novo quadro político?

Confrontando o Governo com as suas promessas não cumpridas (exemplo: prometeu diminuir os impostos e aumentou-os); com a execução de políticas erradas que originaram, por exemplo, o agravamento do desemprego (cerca de 450 mil desempregados) e exigindo que o Governo da velha maioria, até ao final do mandato, adopte políticas que diminuam as dificuldades dos portugueses.

Como analisa a recomposição da direita e a distribuição de pastas no interior do Governo?

Na minha opinião este Governo representa mais do mesmo, em pior. Tivemos oportunidade de o comprovar recentemente na Assembleia da República, aquando do debate do seu programa. Tivemos pela frente um Governo vencido pelo seu próprio comportamento. Sem energia e sem vontade. Neste momento, o país não possui um rumo, nem tem uma direcção. A responsabilidade vai inteirinha para esta velha maioria.

Do seu ponto de vista onde é que estão as maiores incoerências orgânicas deste Executivo?

Na minha análise, a orgânica deste Governo foi definida em função das pessoas que aceitaram ser ministros e ministras, e não de acordo com um projecto de transformação da sociedade. Não nos podemos esquecer que este Governo só existe porque a actual maioria se manteve agarrada ao poder. Assim todas as orgânicas são possíveis e justificáveis. Estou convicto que a actual maioria parlamentar, que apelido de velha maioria, já não tem apoio maioritário entre os portugueses.

Quais as maiores dificuldades que vê na liderança de Santana Lopes à frente do Governo e do PSD?

A tendência obrigatória para transformar

o Governo num Comité Eleitoral em favor da velha maioria. Isso beneficiará o PPD e o PP mas prejudicará os portugueses.

Porque considera que o novo Executivo PSD/PP consubstanciará uma "espécie de comité eleitoral até ao final da legislatura"?

Porque foi essa a principal razão que levou a esmagadora maioria dos dirigentes dos dois partidos a calarem-se perante a crise política de Julho de 2004 e a não aceitarem a realização de eleições antecipadas, como defenderam em Dezembro de 2001.

A velha maioria está agarrada ao poder e vai fazer tudo para lá continuar por mais quatro anos. Nestes dois próximos anos, vai valer tudo para tentarem ganhar as eleições autárquicas, presidenciais e finalmente (o grande objectivo) as legislativas.

A anuncia descentralização de alguns ministérios, para além de responder a uma deriva populista, permite concluir já por um estilo errático do novo primeiro-ministro?

Talvez sim. Mas acima de tudo assenta numa ideia errada de que a proximidade física de seis gabinetes de secretários de Estado, irão resolver os problemas dessas populações. É mais uma ilusão que contribuirá para o descrédito das instituições políticas portuguesas. O fomento do turismo no Algarve realisa-se com políticas e com recursos. Com a descentralização de competências e com o envolvimento dos principais operadores do sector. A deslocação das Secretarias de Estado não passa de uma duplicação dos gabinetes dos membros do Governo, de mais burocracia e de mais aumento da despesa pública de má qualidade.

Acha que a estabilidade política está garantida até ao final da legislatura?

Essa é uma responsabilidade, em primeiríssimo lugar, dos partidos da velha maioria.



O facto de Santana Lopes não ter sido escrutinado pelo voto popular não retira legitimidade ao Governo?

Não. Em minha opinião este Governo tem legitimidade democrática. No entanto, encontra-se ferido, e de que maneira, na sua autoridade política, pela circunstância excepcional de se conjugarem diversas razões: a que apontou na sua questão, o resultado eleitoral de 13 de Junho e a quebra do compromisso entre o "candidato a primeiro-ministro Durão Barroso" e os portugueses.

Ora, com a situação em que o país está teria sido desejável que em vez de um Governo fraco para dois anos, se tivessem criado as condições para a constituição de um Governo forte para quatro anos.

Como vê o processo de nomeação de Durão Barroso para a presidência da Comissão Europeia?

Foi um processo nada recomendável. Fica a sensação de que muito foi feito "nas costas dos portugueses". Quanto à substância, o dr. Durão Barroso sabia que tinha um compromisso com os portugueses. Está tudo dito.

Fugiu Durão Barroso para a Europa?

Para quem afirmou que tinha um projecto para o país, que não desistiria nunca e que na noite das eleições europeias tinha compreendido a mensagem dos portugueses... está tudo dito.

De que modo interpreta as contradições do PSD que em 2001 exigiu eleições antecipadas e que agora defendeu exactamente o contrário?

Estão agarrados ao poder e vão fazer tudo para lá se manterem.

Em seu entender qual é o "Estado da Nação" em que Barroso deixou Portugal?

Facto 1: Nestes dois anos Portugal atrasou-se em relação à média dos Estados-membros da União Europeia

Facto 2: Nestes dois anos, Portugal ficou mais pobre. Em 2003, o nosso crescimento foi negativo (1,3 por cento)

Facto 3: O desemprego cresceu. Actualmente estão registados oficialmente cerca de 450 mil desempregados.

Facto 4: Nestes dois anos, o número de portugueses em lista de espera para uma cirurgia aumentou, Actualmente são cerca de 150 mil em lista de espera.

Facto 5: O investimento estrangeiro diminuiu em cerca de 70 por cento.

Facto 6: A consolidação das contas públicas não foi efectuada. A dívida é superior a 60 por cento e o défice real é superior a 6 por cento.

Infelizmente poderia continuar a constatar factos, mas sei que não há mais espaço para a entrevista.

Como vê as eleições regionais de Outubro, nos Açores e na Madeira?

Com muita tranquilidade. A obra dos socialistas açorianos fala por si própria, como tivemos oportunidade de comprovar no início de Julho, por ocasião da realização das Jornadas Parlamentares de Ponta Delgada. Na Madeira, a situação é bem mais difícil para os socialistas. Não é nada fácil fazer política na Madeira. Tenho muita confiança nos novos líderes socialistas madeirenses e sei que estão a construir um projecto por fases. Desejo aos socialistas dos Açores e da Madeira muitas felicidades.

Depois de ter recebido inúmeras manifestações incentivando-o a avançar para a liderança do PS decidiu não o fazer. Porquê?

Entre outras razões, porque nesta fase difícil do nosso Partido (em que não existe secretário-geral e nos encontramos num processo eleitoral interno com vários candidatos à liderança) alguém tinha de garantir que o Governo não ficaria à solta.

Entendi que a principal trincheira desse combate seria a Assembleia da República, até à eleição do próximo secretário-geral. Nesse sentido, limitei-me a assumir as minhas responsabilidades de presidente do Grupo Parlamentar. Julgo que seria a atitude que qualquer socialista tomaria.

TRAPALHADAS PARTE II

O actual líder do PSD ficará, se todos quiserem, na história política portuguesa como o responsável pelo buraco do Túnel do Marquês, transformado em símbolo máximo de um projecto de vida e acção.

O actual primeiro-ministro, ex-presidente (meteórico) da Câmara Municipal de Lisboa, mantém a sua incontornável tendência para a trapalhada.

Basta analisar sem comentários a forma original como foi formado o Governo, como decorreu o seu acto de posse e como foram lançados as suas primeiras medidas.

Depois da experiência na Cultura (os violinos de Chopin), no Parlamento Europeu (onde não deixou rasto), no Parlamento nacional (onde mal se ouviu), na Câmara Municipal de Lisboa (onde nada de útil executou), chegou agora, por caminhos tortuosos que, às vezes, a democracia consente à chefia do Governo.

A vida de Santana Lopes é um *case study* que, se for bem resolvido, lança mais luz e conhecimento sobre a natureza e permissividade das opiniões públicas do que propriamente sobre a "capacidade" do político, que é, bem vistas as coisas, a personagem menos importante e mais inofensiva. Em condições normais ninguém levaria o dr. Santana Lopes a sério. Mas muitos portugueses, entre os quais o Presidente da República, acham ou acharam que as coisas não são tão claras e estão, ainda, disponíveis para lhe dar uma nova oportunidade.

No entanto, o grau de dificuldade vai aumentando proporcionalmente com a carreira política do personagem e cada vez são maiores e mais graves as consequências que podem resultar para os cidadãos das suas acções e das suas omissões.

Não é, reconheça-se, a mesma coisa aceitar que o dr. Santana Lopes seja o presidente do Sporting (por maior respeito que esta instituição mereça) ou que seja o chefe do Governo com poderes relativamente vastos e suficientes para condicionar negativamente o futuro de Portugal durante muitos anos. Não estando em causa (felizmente) o uso de soluções de ruptura política no limiar das regras do funcionamento democrático, o remédio contra esta doença tem de desenvolver-se no quadro da apresentação de soluções alternativas credíveis.

Soluções alternativas credíveis que passem pelas políticas, naturalmente, mas que também se reconheçam nas pessoas.

O maior erro que será cometido na actual situação política pode ser o de se pensar que, neste caso específico, a mordedura do cão se pode curar com o pélo do mesmo cão.

A sociedade portuguesa é actualmente condicionada por duas espécies diferentes de pressões e condicionantes.

Por um lado, é indiscutível que o país atingiu no plano económico (crescimento) e no plano social (emprego) um nível de pré-ruptura que não pode ser ultrapassado. Por outro lado, considera-se (sem grande rigor técnico e científico) que o pior já passou e que existe margem de manobra para alterar as coisas.

É certo que esta situação resultou dos erros políticos cometidos pelo Governo de Durão Barroso, que antecedeu o actual, e que, segundo toda a probabilidade, não será julgado pelo eleitorado, mas independentemente disso alguém terá de ser responsabilizado pelo resultado final.

Ora a mistura explosiva daquelas duas condicionantes é um instrumento perigoso nas mãos de um homem politicamente irresponsável e trapalhão como é o actual chefe de Governo.

A ilusão da facilidade e a tendência para a trapalhada constituirão uma atracção fatal para o Dr. Santana Lopes.

Evitar que ele a possa exercer mais do que estimulá-lo para a concretizar, acaba por ser o verdadeiro desígnio de uma alternativa política responsável. O actual líder do PSD ficará, se todos quiserem, na história política portuguesa como o responsável pelo buraco do Túnel do Marquês, transformado em símbolo máximo de um projecto de vida e acção. Tolerado agora como primeiro-ministro, até que a paciência se lhe esgote como tem sucedido em tantas outras tarefas, não pode por isso merecer descanso, cumplicidade ou contemplações.

Este é verdadeiramente o segredo para acabar, de vez, com as suas trapalhadas.



MANUEL DOS SANTOS

Visto de Bruxelas

EURODEPUTADOS JÁ TÊM DISTRIBUÍDAS COMISSÕES PARLAMENTARES ESPECIALIZADAS

As comissões parlamentares especializadas em que cada um dos doze eurodeputados socialistas portugueses vai exercer as suas funções ficaram definitivamente atribuídas com a respectiva ratificação no plenário de Estrasburgo, que decorreu entre 19 e 21 de Julho.

Sem grandes surpresas na medida em que os eurodeputados eleitos na lista do PS possuíam já um perfil muito definido quanto à sua área de especialização, os eurodeputados socialistas conseguiram posições chave no âmbito da distribuição dos cargos nas várias comissões parlamentares.

Assim, António Costa, que é o líder da delegação portuguesa e vice-presidente do Parlamento Europeu, é membro da Comissão das Liberdades Cívicas e suplente na Comissão do Mercado Interno. Ana Gomes é membro da Comissão de Assuntos Externos, da qual é a primeira vice-presidente na sub-comissão de Segurança e Defesa e coordenadora do Grupo Socialista para estas áreas. Ana Gomes é ainda membro suplente da Comissão para o Desenvolvimento.



Francisco Assis é membro efectivo da Comissão do Comércio Internacional e suplente nos Assuntos Externos e na Comissão dos Direitos do Homem. Elisa Ferreira é membro efectivo da Comissão dos Assuntos Económicos e suplente no Comércio Externo. Paulo Casaca continua como membro da Comissão do Controlo Orçamental e agora é também o coordenador do Grupo Socialista para estes assuntos. É também membro efectivo da Comissão dos Orçamentos e suplente nas Pescas. Paulo

Casaca integra ainda a Delegação Parlamentar das Relações com a Assembleia Parlamentar da NATO.

Sérgio Sousa Pinto é membro efectivo da Comissão dos Assuntos Constitucionais e suplente nas Liberdades Cívicas.

Fausto Correia é membro efectivo da Comissão dos Assuntos Constitucionais e suplente nos Transportes e Turismo.

Edite Estrela é membro efectivo nas comissões do Ambiente e dos Direitos da Mulher.

Capoulas Santos é membro efectivo nas comissões da Agricultura e na das Pescas e suplente no Ambiente.

Jamila Madeira é membro efectivo na Comissão do Desenvolvimento Regional e suplente no Emprego e Assuntos Sociais. Integra também a Delegação Parlamentar Euro-mediterrânica.

Emanuel Jardim Fernandes é membro efectivo na Comissão dos Transportes e Turismo e suplente no Desenvolvimento Regional.

Manuel dos Santos é membro efectivo nos Assuntos Económicos e suplente nas comissões da Indústria, Investigação e Energia e na do Controlo Orçamental.

ANTÓNIO COSTA ELEITO VICE-PRESIDENTE DO PE

O presidente da delegação socialista portuguesa, António Costa, foi eleito vice-presidente do Parlamento Europeu, sendo o único português a ocupar este destacado lugar de gestão e orientação da instituição.

A eleição de António Costa permitiu aos socialistas portugueses manter a vice-presidência que detinha da anterior legislatura, o que não aconteceu com o PSD, que não conseguiu nenhuma das sete vice-presidências a que o PPE tinha direito. A eleição para o cargo, que decorreu no hemiciclo de Estrasburgo, foi feita inicialmente por aclamação, dado existirem tantos candidatos quantos os 14 lugares disponíveis, votando-se

depois a ordem dos vice-presidentes, tendo o líder dos socialistas portugueses obtido 228 votos. De referir que o Grupo dos Socialistas Europeus tinha apenas direito a três vice-presidências.

Costa era o único candidato português, o que ocorre em virtude do resultado das últimas eleições europeias, em que o PS teve, em termos percentuais, o melhor dos resultados entre os socialistas.

"É bom que Portugal mantenha uma vice-presidência. O grande desafio que se coloca agora é fazer um exercício de aproximação aos cidadãos, porque não faz sentido lamentarmos-nos que estes não se interessam pelas eleições e depois sermos indiferentes", salientou.

Para António Costa, o combate à abstenção far-se-á, por isso, nos cinco anos de mandato e não na próxima campanha eleitoral.

Também por isso, o líder dos socialistas portugueses no PE se comprometeu e cumprir o mandato até ao fim, ao mesmo tempo que continuará a participar na vida política do PS.

Os 14 lugares de vice-presidente do Parlamento Europeu foram distribuídos pelos grupos políticos em função dos resultados eleitorais das europeias realizadas em 13 de Junho. Assim, o PPE teve direito a sete vice-presidências, o PSE a três, os liberais e democratas a duas, e os Verdes e a Esquerda Unida a uma cada.

SOCIALISTA ESPANHOL JOSEP BORREL PRESIDENTE DO PARLAMENTO EUROPEU

O eurodeputado socialista espanhol Josep Borrel foi eleito presidente do Parlamento Europeu com 388 votos, deixando longe o candidato dos liberais e dos Verdes, o conhecido intelectual polaco Bronislaw Geremek, que obteve 208 votos.

A eleição de Josep Borrel, o cabeça de lista do PSOE nas últimas eleições europeias, decorre de um acordo entre as duas maiores famílias políticas do Parlamento Europeu, o PPE e o PSE, segundo o qual cada uma apresenta um candidato que preside à instituição durante dois anos e meio, ou seja, metade

da legislatura. Um terceiro candidato, apresentado pelo Grupo Comunista, obteve 51 votos.

Um dos principais temas da campanha de Borrel foi a forte oposição à guerra no Iraque, o que serviu precisamente para contrapor à candidatura de Geremek, já que a Polónia foi um dos países subscritores do documento que apoiou o alinhamento de alguns Estados-membros da União ao lado dos Estados Unidos.

Borrel, de 57 anos, foi membro de vários governos de Felipe González, designa-

damente como secretário de Estado do Tesouro e ministro nas pastas das Obras Públicas e do Ambiente. Foi também presidente da Comissão dos Assuntos Europeus nas cortes espanholas e membro da Convenção sobre o Futuro da Europa, que concebeu o projecto de Tratado Constitucional.

O novo presidente do Parlamento Europeu, que sucede ao irlandês Pat Cox, tem uma licenciatura em engenharia aeronáutica, um doutoramento em ciências económicas e dois mestrados em economia de energia e matemáticas aplicadas.

SOCIALISTAS EUROPEUS VOTARAM CONTRA BARROSO PARA A COMISSÃO

Os socialistas europeus votaram contra Durão Barroso para presidir à Comissão Europeia, tendo o alinhamento com os Estados Unidos e o apoio a George Bush na guerra no Iraque sido um dos factores determinantes para aquele sentido de voto. O líder dos socialistas portugueses no PE, António Costa, criticou no plenário de Estrasburgo precisamente o apoio dado por Barroso à guerra no Iraque, mas também abordou outras questões com as quais existem divergências que interessava esclarecer.

O líder dos socialistas portugueses no PE salientou que os três pontos de maior divergência entre os socialistas e Barroso foram, além do Iraque, a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento e a desvalorização da componente social da Estratégia de Lisboa, questionando-o se, como presidente da Comissão Europeia, iria ou não seguir a mesma linha de rumo. António Costa registou as alterações das posições de Barroso e pediu garantias de que o seu programa à frente da Comissão

será diferente da sua prática como primeiro-ministro em Portugal. Os socialistas quiseram também garantias de que as tarefas centrais da manutenção da Europa social seriam cumpridas.

Durão Barroso foi submetido ao fogo cerrado das perguntas dos deputados de todas as famílias políticas, embora o apoio dado a Bush na guerra no Iraque acabasse por ser uma das questões que esteve em maior evidência, embora as orientações liberais nas suas políticas também tivessem suscitado muitas reservas por parte dos partidos de esquerda.

Depois de analisadas as declarações e posições de Durão Barroso na sua audição no Grupo Socialista, os eurodeputados chegaram à conclusão que "não cumpre as condições necessárias para ser presidente da Comissão", como disse o presidente da Grupo Socialista Martin Schultz. Barroso acabou por ter apenas 413 votos a favor num universo de 711, menos do que inicialmente era esperado. Os votos contra foram 251 e as abstenções 44.

"Se Barroso dissesse que se tinha enganado, ou que teria agido de outra forma se tivesse as informações que tem hoje, talvez as coisas fossem diferentes", disse Schultz, acrescentando que "a forma como ele respondeu às perguntas sobre o Iraque está ao nível de George Bush".

Também o ex-primeiro-ministro italiano Massimo D'Alema sublinhou que Barroso até podia ser um bom candidato, mas como é um homem de direita, os socialistas, por uma questão de coerência, teriam de votar contra.

No entanto, António Costa referiu que a delegação portuguesa não inviabilizaria a eleição de um português para a presidência da Comissão. "Organizaremos o nosso voto no respeito da consciência de cada um, mas também com o perfeito sentido da responsabilidade desta nossa decisão. Enquanto delegação, não inviabilizaremos a eleição e esse é o grande contributo que poderemos dar num exercício responsável no nosso mandato europeu", afirmou o líder da delegação portuguesa no PE.

Opinião

UM CAMALEÃO CHAMADO DURÃO

Como era de esperar, Barroso foi eleito. Não por ser conhecido mas antes por ser desconhecido ("Mr. Nobody", nos títulos do "Financial Times")



ELISA FERREIRA

1. Sempre me surpreenderam as metamorfoses e a adaptabilidade ao meio envolvente. Neste registo, a penúltima semana de Julho foi fascinante! Durão Barroso adaptado ao espaço europeu é outro homem! Chama-se agora José Manuel Barroso; fala francês, inglês, espanhol e o mínimo possível de português; é um homem que "faz pontes"; um homem "de diálogo" (onde é que eu já ouvi isto?); é um homem que pede humildemente apoio e confiança a todas as forças representadas no Parlamento; é um homem que tem nas suas primeiras prioridades "o ambiente (!!!), o desenvolvimento sustentável, o crescimento económico e o emprego". Sobre o passado, evoca episódios vários para ilustrar o seu respeito pela liberdade, o seu amor à Europa e à defesa dos direitos humanos. Selectivamente, outros desaparecem do mapa, o mais notório dos quais é o seu currículo fundamental — as suas opções e resultados não quando combateu o poder mas sim quando o exerceu (e com uma maioria absoluta). A perguntas sobre os dois últimos anos, a resposta foi seca e curta: "Não estou aqui para discutir o passado, mas antes o futuro: não estou aqui para discutir Portugal, antes a Europa". Mas, se a técnica parcialmente resultou em relação a Portugal, a mesma receita aplicada à guerra do Iraque não satisfaz ninguém e o tema nunca chegou a sair de cima da mesa.

2. Como era de esperar, Barroso foi eleito. Não por ser conhecido mas antes por ser desconhecido ("Mr. Nobody", nos títulos do "Financial Times"); não por resultar de um encontro de vontades mas antes por preencher o vazio aberto pelos conflitos de interesses reinantes; não por ter, de entre as suas características, a clareza das ideias e a firmeza das convicções mas antes pela sua "habilidade discursiva e capacidade de comunicar".

Sabemos isso: tal como muitos outros políticos de diversos quadrantes (não excluindo o próprio PS), Durão Barroso vende bem! As frases são curtas, as ideias simples, as metáforas bem escolhidas e a imagem bem trabalhada. O produto é que, por vezes, não existe.

Só que a capacidade de conquistar o poder é bem menos importante do que o modo como se usa esse poder; e, se é verdade que o uso requer previamente a conquista, convém garantir o mínimo de coerência entre as duas fases.

Durão Barroso fez tudo, mesmo promessas impossíveis de cumprir, para comandar o "navio"; chegou ao leme, com poder absoluto, entrou em pânico; continuou a prometer um porto paradisíaco enquanto levava o barco, em descontrolo, para águas tumultuosas; mal viu passar um transatlântico, mais seguro e com melhor motor, prontificou-se a capitaneá-lo; abandonou à pressa o velho navio, deixando-o nas mãos de um imediato de capacidades mais que duvidosas e, enquanto o navio se arrisca a afundar, espera que os passageiros, perplexos, se esqueçam do perigo que os ameaça para se regozijarem com a recente promoção do capitão.

A vida é o que é. Deste episódio, resultam duas ilacções: a primeira, e em relação a Barroso, é que, mesmo que se perdoe, convém não esquecer; a segunda é que não convém cair na tentação de combater um mal com males semelhantes, embora de diferente coloração.

3. Dito isto, e sendo a realidade o que é, não é impossível que Durão Barroso venha a ser bem sucedido como Presidente da Comissão Europeia nem que o seu trabalho venha a beneficiar Portugal.

É que o novo José Manuel Barroso não arriscará a sua carreira pessoal se der prioridade política à conciliação, no interior dos dossiês herdados da Comissão Prodi, de temas como a revisão do PEC, a continuação da reforma da PAC, o aperfeiçoamento das perspectivas financeiras da UE ou o reforço e refinamento da Estratégia de Lisboa com a coesão social e espacial. Em todos estes temas, ao resistir às tentações hegemónicas de algum(ns) grande(s) país(es), poderá responder aos anseios dos pequenos e médios, maioritários no actual formato da UE.

Mais grave será se a um discurso inevitável em torno destas temáticas e de outras semelhantes corresponderem iniciativas concretas mais poderosas de cedência aos interesses instalados, com o conseqüente desmantelamento das estruturas reguladoras e reequilibradoras do funcionamento do mercado e da concorrência.

Veremos se, ao menos desta vez, Barroso não volta a defraudar Portugal!

PAULO CASACA

CENTRO TRANSATLÂNTICO PARA REVITALIZAR DIÁLOGO ENTRE EUROPA E ESTADOS UNIDOS

Os Açores poderiam acolher a sede de um futuro centro de cooperação entre a Europa e os Estados Unidos que aprofundasse as ligações em diversas áreas, do mundo académico ao desenvolvimento económico e regional.

Numa conferência de imprensa realizada na Ilha Terceira, o eurodeputado Paulo Casaca defendeu que os Açores fossem o lugar para instalar aquilo que designou como "Centro Transatlântico" destinado a revitalizar o diálogo entre a Europa e os Estados Unidos, o que seria também uma forma da região beneficiar mais daquele organismo.

Paulo Casaca considerou que esse centro

deveria ser implementado na dependência da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, um organismo criado no âmbito do acordo de cooperação e defesa assinado entre Portugal e os Estados Unidos.

"A FLAD deverá associar esse centro à Universidade dos Açores e ao Governo Regional", sugeriu, de forma a permitir que o diálogo se alargue às áreas científica, económica, social e dos transportes, entre outras.

Paulo Casaca fez estas declarações no contexto de uma visita à Base das Lajes, tendo considerado que as exigências dos Açores não devem apenas ficar centradas na

reivindicação de um administrador na FLAD, "o que é muito pouco para o que aquele organismo pode e deve dar à região". Durante a visita à Base das Lajes, o eurodeputado manteve contactos com o Comando Português, o comandante do destacamento norte-americano e com a comissão de trabalhadores portugueses.

Sobre as reivindicações laborais dos civis portugueses ao serviço das forças armadas dos Estados Unidos, Paulo Casaca admitiu poder fazer alguma pressão informal, mas advertiu que se trata de um problema ao nível dos dois Estados e que, como tal, deve ser acompanhado pelos deputados nacionais e regionais.

GUTERRES NA CONVENÇÃO DEMOCRATA QUE NOMEOU JOHN KERRY CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DOS EUA

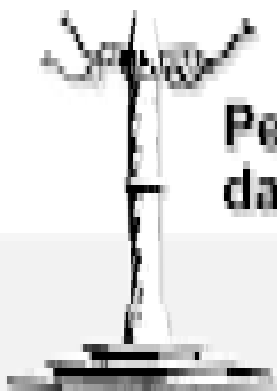
O presidente da Internacional Socialista, António Guterres, esteve em Boston, entre 25 e 29 de Junho, a convite do Partido Democrata norte-americano para participar na Convenção Nacional que nomeou John Kerry candidato à presidência dos Estados Unidos, nas eleições que se realizarão em 2 de Novembro.

Durante a sua estada nos Estados Unidos, Guterres participou em diversas iniciativas políticas, entre as quais destaque para a que foi organizada pelo International Leaders Forum, que tinha como lema "Conversas sobre

Democracia com Líderes de Todo o Mundo" e na qual participaram os ex-presidentes Bill Clinton, Fernando Henrique Cardoso e Mary Robinson. O presidente da Internacional Socialista participou ainda num seminário sobre parcerias internacionais para o desenvolvimento entre partidos políticos, na qual esteve também presente a responsável do PS pelas Relações Internacionais, Ana Gomes. Este seminário contou com intervenções de Madeleine Albright, Poul Rasmussen, entre outras.

No âmbito dos encontros regulares entre

a Internacional Socialista e o Partido Democrata, houve uma reunião do Steering Committee, onde foram abordados temas como a proliferação nuclear, o aquecimento global, a governação global e *nation building*. Por outro lado, de 1 a 3 de Agosto, António Guterres participou em Sofia, na reunião do Conselho Supremo do Partido Socialista da Bulgária, para celebrar o primeiro ano do partido enquanto membro da Internacional Socialista. O Partido Socialista da Bulgária, fundado em 1891, é um dos mais antigos partidos socialistas.



Pelourinho da República

“Este Governo não tem que responder pelas suficiências ou insuficiências do anterior”

Nuno Morais Sarmiento, ministro da Presidência do anterior e actual Governo, em conferência de Imprensa
20-07-04

“Alguns aspectos da turbulência política a que temos vindo a assistir lembram irresistivelmente o PREC, agora engravado, constitucional...e de sinal contrário”

Teodora Cardoso
“Jornal de Negócios”, 20-07-04

“Este Governo formado em pleno Verão é muito pior do que se poderia imaginar e obrigará o Presidente da República a um fim de mandato bem activo”

Medeiros Ferreira
“Diário de Notícias”, 20-07-04

“O novo ministro das cidades, José Luís Arnaut, ocupou o Ministério das Cidades e do Ambiente, na rua do Século, impedindo que o titular da outra pasta, Luís Nobre Guedes, pudesse instalar-se no gabinete ministerial”

Notícia do jornal “Público” de 21-07-04

“Está a desenhar-se um novo quadro político-partidário, caracterizado pela ascensão de figuras menores do espectro partidário, sem densidade política consistente e por uma grande imprevisibilidade quanto ao futuro”

Mário Soares
“Visão”, 22-07-04

“O que está a acontecer com o Rendimento Social de Inserção reflecte o pior que a política tem e que é o ataque demagógico das medidas dos governos que passam por razões de puro eleitoralismo”

Eduardo Dâmaso
“Público” de 26-07-04

“Folheiam-se as dezenas de folhas [do Programa de Governo] dedicadas às áreas económicas e muito dificilmente se encontra algo concreto (...) que se possa identificar como um projecto ou um designio claro do Governo de Santana Lopes”

Luís Miguel Viana
“Diário Económico”, 27-07-04

BREVES

FEDERAÇÕES

Os socialistas escalabitanos, em comunicado, lamentam que passado um ano de catástrofe na área das florestas, como foi o Verão de 2003, o Governo nada tenha feito para melhorar as condições de combate e prevenção dos incêndios, apelando à urgente implementação de medidas de defesa das populações afectadas e do património.

No mesmo documento, a **Federação do PS de Santarém** manifesta a sua solidariedade a José Alho e Fernanda Asseiceira, recentemente despedidos pelo Governo das funções que exerciam no Parque Natural das Serras D’Aire e Candeeiros e Inatel, respectivamente.

Face à “guerra pelos tachos” entre laranjas e azuis, a **Federação Distrital do PS/Bragança** manifestou a sua apreensão, receando, em comunicado que esta situação, aliada “à incapacidade demonstrada pelo primeiro-ministro, Santana Lopes, em conseguir mobilizar ministros competentes para o seu Governo, possa degenerar no “agravamento das condições económico-sociais do país, particularmente, no distrito de Bragança”.

AUTARQUIAS

O PS venceu as eleições para a assembleia da Comunidade Urbana do Oeste (Comurb).

As assembleias municipais das 11 autarquias que fazem parte da Comurb reuniram-se no passado dia 22 de Julho à noite para uma votação de desempate, já que na primeira volta (realizada a 9 de Julho) o PS e o PSD tinham obtido o mesmo número de votos (83).

Na segunda volta, os **socialistas do Oeste** obtiveram 108 votos o que permitiu eleger 17 mandatos mais do que os sociais-democratas.

Os **socialistas de Marcos de Canaveses**, em conjunto com a CDU e com o PSD locais, deram a conhecer ao Conselho Superior da Magistratura afirmações do edil do CDS-PP, Avelino Ferreira Torres, que consideram configurar actuação “ilícita” contra advogados e juizes.

Segundo o PS de Marco de Canaveses, o provedor de Justiça, a Ordem dos Advogados e os Ministérios da Administração Interna e da Justiça foram também destinatários da exposição conjunta de toda a oposição, enviada no passado dia 23 de Julho.

O **ex-presidente da Câmara do Porto** Nuno Cardoso (PS) refutou as acusações do seu sucessor, Rui Rio (PSD), e afirmou que havia financiamento garantido para a construção do Pavilhão das Descobertas, obra abandonada por alegada falta de dinheiro.

“Havia financiamento garantido através do projecto Metrópolis, um fundo comunitário. O doutor Rui Rio é

que tem de explicar o que foi feito desse dinheiro”, disse.

Nuno Cardoso criticou Rio por este “continuar a culpar o executivo anterior por tudo e por nada, acusando-o de se limitar a inaugurar obras lançadas por si”.

Dois **vereadores do PS da Câmara de Almada** anunciaram, no passado dia 22 de Julho, a sua decisão de processar, pela segunda vez num mês, a presidente do município (CDU) por violação da lei das autarquias. Os socialistas acusam Maria Emília de Sousa de recusar a inclusão de uma proposta do PS na ordem de trabalhos da reunião do município, visando a isenção, em 2005, do imposto de derrama sobre o rendimento de pessoas colectivas.

O **PS de Penafiel** acusou a autarquia local de pretender vender, “sem qualquer justificação coerente”, por 250 mil euros, um terreno que comprou há menos de três anos por 355 mil euros.

Em comunicado, os socialistas penafialenses referem que numa reunião a câmara decidiu, com o voto de qualidade do seu presidente, colocar em hasta pública uma parcela de terreno em Serradelas, que em Dezembro de 2001 havia deliberado adquirir por um valor bem mais elevado. A aquisição do terreno, dizem os socialistas, visou impedir a construção naquele local, considerando que tal “colocaria irremediavelmente em causa o desenvolvimento da cidade”.

Os **vereadores socialistas de Miranda do Corvo** acusam o executivo camarário de cometer um “crime” ao localizar a nova pré-primária nos terrenos para onde estava projectado um Centro Cultural Municipal.

“A localização é péssima”, denuncia o camarada Jorge Cosme, para quem esta “atitude revanchista” pretende “modificar tudo o que estava planeado, à semelhança do que fez com a anulação das obras que deixámos empreitadas do novo cemitério municipal e da construção dos balneários e bancadas do estádio municipal”.

Para o PS de Miranda do Corvo, a nova pré-primária devia ser construída junto ao restante equipamento escolar.

SINDICALISMO

Em comunicado, a **Tendência Sindical Socialista (TSS)** classifica o novo Governo como sendo de “confusão e ilusão”, uma vez que constrói “ministérios à dimensão de ministros, sem critério de Estado e com governantes que ignoram completamente as áreas que vão tutelar”.

Criticando também o facto das secretarias de Estado terem assumido um carácter “polivalente”, pois “circulam entre ministérios, ao sabor de interesses da coligação”, a TSS manifestou ainda a sua “total discordância com o desaparecimento do Ministério do Trabalho”.

AGENDA

CANDIDATURAS À LIDERANÇA DO PS

João Soares

30 de Julho – Contactos do candidato com apoiantes na FRO e em Leiria; Rui Cunha e Antunes desenvolvem contactos com apoiantes em Quarteira, Loulé e Vila Real de Santo António.

31 de Julho – Jantar do candidato com apoiantes no Porto; Maria Antónia Palla desenvolve contactos com apoiantes em Lagos, Vila do Bispo e Portimão e Fernando Costa em Santiago do Cacém, Santo André e Beja.

3 de Agosto – 21h30 – Debate público com João Soares, no auditório da Casa do Brasil, em Santarém.

José Sócrates

29 de Julho – Reunião com militantes em Santarém.

30 de Julho – Jantar com militantes em Braga.

31 de Julho – Reunião com militantes do distrito de Santarém.

1 de Agosto – Almoço com militantes de Resende, distrito de Viseu.

2 de Agosto – Jantar com militantes em Leiria.

Manuel Alegre

30 de Julho – 21h30 – Debate público, com Manuel Alegre, no auditório da Casa do Brasil, em Santarém.

FEDERAÇÕES

11 de Setembro – 10h00 – A Federação do PS de Setúbal promove, nas suas instalações e no âmbito da iniciativa “Diálogos”, um encontro subordinado ao tema “Autarquias e Autarcas / Lei das Autarquias”.

FOGOS FLORESTAIS**REFORÇAR A PROTECÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA ARRÁBIDA**

O início, este ano, da época dos fogos florestais afectou o Parque Natural da Arrábida, motivando a preocupação dos deputados socialistas Paulo Pedroso, José Magalhães, Ana Catarina Mendonça e Alberto Antunes, que em requerimento reivindicaram a imediata apresentação das medidas tomadas e planeadas para minimizar os impactos negativos dos incêndios ocorridos, bem como de desastres similares ou mais graves.

Os parlamentares do PS confrontaram o Ministério do Ambiente com a necessidade de se clarificar "o estado em que se encontra a preparação do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida", lembrando que esta foi já "sucessivamente adiada e eivada de inexplicáveis défices de fundamentação e participação".

No mesmo documento, os deputados eleitos pelo círculo de Setúbal pediram esclarecimentos ao Ministério da Administração Interna sobre os meios de vigilância contra incêndios afectos à Arrábida em 2001, 2002, 2003 e 2004, requerendo ainda dados relativos à dimensão da área arida, segundo cada de classificação de protecção em vigor. Para os parlamentares do PS, é urgente que se dêem a conhecer os conteúdos dos relatórios produzidos pelas forças



que actuaram no combate aos fogos na primeira semana deste mês, e que se divulguem as medidas para reforço dos meios e condições de actuação das corporações de bombeiros na época de intenso calor por que estamos a passar.

Entretanto, uma delegação de parlamentares socialistas visitou o Parque da Arrábida, tendo insistido na urgência de medidas de prevenção e combate e na necessidade de mobilizar o pessoal de vigilância.

OBRAS PÚBLICAS**FUTURO DO AEROPORTO DA OTA CONTINUA POR DEFINIR**

Depois de dois anos e meio de avanços e recuos, os socialistas querem que Santana Lopes defina o futuro do novo aeroporto internacional da Ota. Neste sentido, o deputado António Galamba entregou um requerimento na Assembleia da República em que desafia o primeiro-ministro a garantir que "posições pessoais face a este empreendimento não

se sobreporão ao interesse regional, às iniciativas já desenvolvidas e às expectativas criadas junto das populações e dos agentes económicos". Em caso de reafirmação do projecto de construção do novo aeroporto na Ota, Galamba quer saber "quando prevê o XVI Governo que possa ser dado um novo e decisivo impulso no sentido de tornar

irreversível a sua concretização?"

Em caso negativo, refere o deputado socialista, o PS exige que o Executivo exponha as suas "intenções perante um problema que assumirá particular acutilância no futuro", com o esgotamento da capacidade do aeroporto da Portela e com o eventual desperdício de fundos comunitários.

CASA ARISTIDES DE SOUSA MENDES**RECUPERAR O EDIFÍCIO E TRANSFORMÁ-LO EM ESCOLA DEMOCRÁTICA DE APRENDIZAGEM**

O deputado socialista Carlos Luís, eleito pelo círculo eleitoral da Europa, questionou o ministro da Cultura sobre a falta de apoio para a reconstrução da casa de Cabanas de Viriato que pertencia ao cônsul Aristides de Sousa Mendes. Num requerimento apresentado na Assembleia da República, Carlos Luís lembrou que, durante a II Guerra Mundial, o cônsul português salvou da morte 30 mil refugiados, um terço dos quais judeus, concedendo-lhes vistos para fugirem de França em direcção a Portugal.

"É lamentável que uma casa que devia ser um símbolo, uma escola dos valores da democracia e da liberdade, esteja naquele estado deplorável quando já se vive há 30 anos em democracia", afirmou.

Na opinião do deputado socialista, 50 anos após a morte de Aristides de Sousa Mendes, os portugueses ainda lhe estão em dívida, sendo a recuperação da casa "uma forma de simbolicamente lhe fazer justiça".

"O Governo português tem obrigação

moral, ética e política de ajudar a Fundação Aristides de Sousa Mendes a recuperar a casa, transformando-a numa escola democrática, de aprendizagem, que deveria ser passagem obrigatória para os estudantes, desde a primária ao ensino superior", defendeu.

Lembrando que o Executivo socialista apoiou a causa da fundação, atribuindo-lhe uma verba para ajudar a comprar a mansão do diplomata, Carlos Luís lamentou a falta de continuidade dos apoios para a prossecução do projecto.

LUIZ FAGUNDES DUARTE DENUNCIA**AÇORIANOS ESQUECIDOS PELO GOVERNO PSD/PP**

O Governo de direita esqueceu-se de todas as promessas feitas aos açorianos nos últimos dois anos. Quem o diz é Luiz Fagundes Duarte, que em conferência de Imprensa na ilha Terceira, destacou desde logo a "falta de solução" para as reivindicações laborais dos trabalhadores portugueses ao serviço dos militares norte-americanos da Base das Lajes.

O parlamentar socialista eleito pelo círculo eleitoral dos Açores salientou também que o Governo da coligação PSD/CDS-PP não transferiu para a posse da região autónoma o antigo hospital da Boa Nova, para onde está prevista a instalação da colecção militar do Museu de Angra do Heroísmo. Encontra-se, assim, no centro histórico de Angra do Heroísmo, um imóvel do século XVII "em adiantado estado de ruína, só porque o ministro da Defesa, Paulo Portas, por teimosia ou incompetência, não tomou a decisão que se esperava", referiu o deputado do PS.

Luiz Fagundes Duarte disse ainda que o Tribunal Judicial do Nordeste, ilha de São Miguel, constituiu "mais uma promessa por cumprir", apesar do projecto dispor de dotação orçamental para a construção.

O deputado acusou também o antigo primeiro-ministro Durão Barroso de ter esquecido a sua promessa de generalização gratuita nas Regiões Autónomas do sinal dos canais de televisão privados, que continua por concretizar.

DISCRIMINAÇÃO**SOCIALISTAS CONTRA EXIGÊNCIAS INSÓLITAS NOS CONSULADOS PORTUGUESES**

Na sequência de notícias que dão conta de que os consulados portugueses nos países africanos de língua portuguesa e de Leste têm exigido aos cidadãos que desejem deslocar-se a Portugal a apresentação de documentação "insólita" e "vexatória", aparentemente, em cumprimento de instruções do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, os deputados socialistas Celeste Correia e José Leitão exigiram aos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna a exposição da "razão justificativa dessas exigências e a sua sustentação legal", bem como o esclarecimento sobre quais os documentos efectivamente exigidos.

INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES**REDUÇÃO DA PROTECÇÃO SOCIAL PREOCUPA JOSÉ LEITÃO**

Ao mesmo tempo que o Governo apregoa a intenção de promover uma melhor integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, as estatísticas denunciam que tem vindo a diminuir o número de cidadãos estrangeiros com acesso ao Rendimento Social de Inserção.

Esta situação paradoxal e contraditória motivou a entrega de um requerimento, no passado dia 27 de Julho, no Parlamento, pelo deputado socialista José Leitão, no qual se exige que o ministro da Segurança Social, da Família e da Criança fundamente legalmente esta variação negativa. Leitão quer que Fernando Negrão diga quantos cidadãos estrangeiros tiveram beneficiaram do RSI desde 2001, a sua nacionalidade e o seu estatuto no país.

REGULAMENTO PARA A ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL E DOS DELEGADOS AO XIV CONGRESSO NACIONAL

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art.º 1º

(Do Congresso Nacional)

O Congresso Nacional é o órgão de apreciação e definição das linhas gerais da política nacional do Partido, competindo-lhe aprovar, no momento próprio, o programa de legislatura e, quando se trate de Congresso ordinário, eleger o Presidente do Partido, a Comissão Nacional, a Comissão Nacional de Jurisdição e a Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira.

Art.º 2º

(Do Secretário-Geral)

O Secretário-Geral representa o Partido, coordena e assegura a sua orientação política, vela pelo seu funcionamento harmonioso e pela aplicação das deliberações dos órgãos nacionais, tem assento em todos os órgãos do Partido e preside às reuniões da Comissão Política e do Secretariado Nacional, com voto de qualidade.

Art.º 3º

(Da Comissão Organizadora do Congresso – COC)

- Até 60 dias antes do Congresso Nacional, a Comissão Nacional marca a data e o local de reunião do Congresso Nacional; aprova o Regulamento e o Regimento e elege a Comissão Organizadora do Congresso (COC).
- Para além do estabelecido especificamente no Regulamento do Congresso Nacional, compete à COC a preparação e organização do processo eleitoral do Secretário-Geral e dos Delegados ao Congresso.
- A COC será composta por um número de 13 militantes, sendo um dos elementos o Presidente, que terá direito a voto de qualidade.
- Após a entrega das moções políticas de orientação nacional, terá assento nas reuniões da COC, com direito a voto, um representante de cada moção.

Art.º 4

(Da capacidade eleitoral)

- Só têm capacidade eleitoral activa os militantes do partido constantes do recenseamento referido no n.º 7 do art.º 7º dos Estatutos, com mais de seis meses de inscrição no momento do acto eleitoral e que tenham regularizado o pagamento de quotas com o pagamento do 1º semestre de 2004.
- Tem capacidade eleitoral passiva para os órgãos do PS, os inscritos há seis meses como militantes, excepto a capacidade para a eleição de Secretário-Geral a qual só se adquire após dezoito meses de inscrição, e desde que tenham regularizado pagamento de quotas com o pagamento do 1º semestre de 2004.
- Os militantes inscritos igualmente em secções de acção sectorial e que possam optar pelo exercício da sua capacidade eleitoral nessa estrutura, devem comunicar essa intenção à sede nacional, para efeitos de elaboração de caderno eleitoral, no prazo de 15 dias após a marcação da data das eleições.
- Após a data da marcação da eleição do Secretário-Geral e dos Delegados ao Congresso Nacional, não são admitidas transferências para além das previstas no número anterior bem como as decorrentes do facto das secções não terem o número mínimo de 15 militantes.

Art.º 5º

(Da eleição do Secretário-Geral)

- A eleição do Secretário-Geral decorrerá em simultâneo com a eleição dos Delegados ao Congresso Nacional, em todas as Assembleias Gerais de militantes das secções de residência e de acção sectorial, com um número mínimo de 15 militantes.
- O Secretário-Geral é eleito pelo sistema maioritário, em lista uninominal, por sufrágio directo e universal de todos os militantes de entre os candidatos propostos por um número mínimo 100 militantes do Partido.
- Caso nenhuma das candidaturas obtenha a maioria absoluta dos votos expressos, decorrerá no dia 29.09 nova Assembleia Geral de militantes das secções de residência e de acção sectorial, com o mínimo de 15 militantes, no mesmo local, à mesma hora, com despesa de convocatória.
- Compete à Mesa da Assembleia Geral da Secção orientar os actos eleitorais e, em especial, proceder à contagem dos votos e à elaboração da acta.

Art.º 6º

(Da apresentação de candidatura a Secretário-Geral)

- A candidatura a Secretário-Geral deverá ser entregue à COC até 28 dias antes da data da eleição nas secções.
- A candidatura a Secretário-Geral tem obrigatoriamente subjacente uma moção política de orientação nacional.

Art.º 7º

(Da eleição dos Delegados ao Congresso)

- Os Delegados ao Congresso Nacional, em número definido no presente Regulamento, são eleitos pelas secções de residência e de acção sectorial, com base em moções políticas de orientação nacional.
- Os delegados ao Congresso são eleitos pelo método da média mais alta de Hondt, devendo os candidatos considerar-se ordenados segundo a sequência constante da respectiva lista.
- Os delegados por inerência ao Congresso Nacional com direito a voto não podem exceder um quarto do número total dos delegados eleitos.
- Cada militante do partido só pode ser proponente de uma única candidatura a cada órgão nacional e candidato numa única lista.
- Compete à Mesa da Assembleia Geral da secção orientar os actos eleitorais e, em especial, proceder à contagem dos votos e à elaboração da acta.
- Até ao início do Congresso Nacional, a COC publicitará a lista completa dos Delegados eleitos e inerentes ao Congresso.

Art.º 8

(Da apresentação de listas de candidatos a Delegados)

- As listas de candidatos a Delegados ao Congresso Nacional deverão ser entregues à Mesa da Assembleia Geral ou, na sua ausência, ao Secretariado da Secção, até quatro dias antes da data marcada para a eleição, acompanhadas da declaração da aceitação das candidaturas, com referência à moção política de orientação nacional que apoiam.
- Cada lista deve garantir uma representação não inferior a 33% de militantes de qualquer dos sexos.

- As listas de candidatos a Delegados terão de ser compostas por um número de efectivos correspondentes ao número de Delegados atribuídos à secção e por, pelo menos, metade mais um de candidatos suplentes.
- As listas de candidatos a delegados, após a sua aceitação, deverão ser expostas na Secção para que os militantes tenham conhecimento da sua existência.

Art.º 9º

(Das moções políticas de orientação nacional)

- As moções políticas de orientação nacional são documentos de apreciação e definição das linhas gerais da política nacional do Partido, subjacente à eleição do Secretário-Geral e dos Delegados ao Congresso.
- As moções políticas de orientação nacional podem ser apresentadas por pelo menos 100 militantes com capacidade eleitoral passiva e deverão ser entregues até 28 dias antes da data da eleição.
- Para os efeitos de apresentação e discussão em Congresso, apenas serão consideradas as moções subscritas por um número mínimo de 50 delegados.

Art.º 10º

(Das moções Sectoriais)

- As moções sectoriais são documentos que desenvolvem temas específicos e/ou parcelares;
- As moções sectoriais podem ser apresentadas por delegados ao congresso, devendo ser entregues à COC até 4 dias antes da realização do Congresso Nacional.
- Para efeitos de apresentação e discussão em Congresso, apenas serão consideradas as moções subscritas por um mínimo de 20 delegados até às 13 horas do dia 2.10.

CAPÍTULO II Assembleia Geral Eleitoral

Art.º 11º

(Da convocatória)

- A Assembleia Geral de Militantes é convocada com, dois pontos na Ordem de Trabalhos: Eleição do Secretário-Geral e eleição dos Delegados ao Congresso Nacional.
- A Assembleia Geral de Militantes é convocada pela Mesa, mediante aviso enviado a todos os militantes com capacidade eleitoral até dez dias antes da data marcada para a Assembleia Geral.
- A convocatória mencionará obrigatoriamente o dia, o local, o período do horário de funcionamento e a Ordem de Trabalhos da Assembleia.
- A Assembleia Geral Eleitoral realizar-se-á até seis dias antes da data do Congresso Nacional, em todas as secções, em dois dias alternativos e por um período mínimo de quatro horas.
- A Mesa da Assembleia Geral de Militantes deverá endereçar à COC cópia da Convocatória, no prazo máximo de 3 dias após o seu envio.
- A COC poderá deliberar a convocação de Assembleias Gerais de Militantes nas estruturas que não reuniram na data prevista.

Art.º 12º

(Acta da Assembleia Eleitoral)

- A Mesa da Assembleia Geral terá de lavrar uma acta do acto eleitoral, da qual deverão constar

os seguintes elementos:

- Relação nominal das listas de candidatos e Delegados com menção obrigatória das moções políticas de orientação nacional que subscrevem.
 - Número de votos entrados nas urnas;
 - Resultados finais das votações para a eleição do Secretário-Geral e dos Delegados da secção ao Congresso Nacional;
 - Identificação dos Delegados eleitos, com menção do número de militante e da moção pela qual foram eleitos;
- À acta deverá ser anexado o caderno eleitoral rubricado pelos votantes.
 - A acta e o anexo deverão ser recepcionados pela COC, na Sede Nacional, até ao dia 29.09.
 - Os resultados eleitorais deverão ser afixados no local da Assembleia Geral de Militantes.
 - Das deliberações da Assembleia Geral de Militantes cabe recurso para a COC.
 - O recurso das deliberações da Assembleia Geral de Militantes tem de ser recepcionados pela COC, na Sede Nacional, até ao dia 27.09.
 - Para efeitos de contagem de prazos, será considerada a data de recepção na Sede Nacional.

Art.º 13º

(Do número de Delegados)

O número de delegados a eleger por cada secção será proporcional ao número de militantes inscritos em cada secção com capacidade eleitoral activa, de acordo com o seguinte quadro:

15-50	1 Delegado
51-150	2 Delegados
151-250	3 Delegados
251-350	4 Delegados
351-450	5 Delegados
451-550	6 Delegados
551-650	7 Delegados
651-750	8 Delegados
751-850	9 Delegados
851-950	10 Delegados
951-1050	11 Delegados
1051-1150	12 Delegados
1151-1250	13 Delegados
1251-1350	14 Delegados
1351-1450	15 Delegados
+ 1 Delegado por cada 100 militantes	

Art.º 14º

(Da interpretação e integração)

A interpretação e a integração de lacunas deste Regulamento cabe à COC, tendo em conta o estabelecido nos Estatutos do Partido.

Art.º 15º

(Das reclamações)

Os cadernos eleitorais definitivos para a eleição do Secretário-Geral e dos Delegados ao Congresso Nacional deverão ser endereçados às secções, até quinze dias antes da data das eleições, podendo ser apresentadas reclamações à COC nos quatro dias subsequentes à data de envio.

Art.º 16º

(Da publicidade)

A data e local do Congresso, o presente Regulamento, o Regimento e a composição da COC serão publicadas no órgão oficial do PS "Acção Socialista", após a aprovação em Comissão Nacional.

REGIMENTO DO XIV CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Art.º 1

(Da data e local do Congresso Nacional)

- O XIV Congresso Nacional do PS realiza-se nos dias 1, 2 e 3 de Outubro de 2004.
- O XIV Congresso Nacional do PS realiza-se em local a definir pela Comissão Organizadora do Congresso.

Art.º 2

(Da composição do Congresso Nacional)

- O Congresso tem, no que respeita ao direito de voto, a composição seguinte:
 - Delegados eleitos pelas secções;
 - O Secretário-Geral
 - O Presidente do Partido;
 - O Presidente Honorário do Partido;
 - Os membros da Comissão Política Nacional e do Secretariado Nacional;
 - Os Presidentes dos Grupos Parlamentares e de representantes do PS na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e nas Assembleias Regionais;
 - Os Presidentes das Federações
 - Os membros da JS que integram a Comissão Nacional;
 - Os Presidentes da Tendência Sindical Socialista, da Associação Nacional de Autarcas Socialistas e do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas;
 - O Socialista que presida à Internacional Socialista se for membro do PS.

- Participam ainda no congresso, sem direito a voto;
 - Os restantes membros dos órgãos nacionais;
 - Os membros do Governo e dos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, nas assembleias Regionais e no Parlamento Europeu, filiados no PS;
 - Os membros dos Governos Regionais filiados no PS;
 - Os presidentes das Câmaras Municipais, os presidentes das Assembleias Municipais e membros das Assembleias Regionais do PS, ou os primeiros eleitos para aqueles órgãos municipais filiados no PS;
 - Os presidentes das Comissões Políticas Concelhias;
 - Os membros do órgão executivo nacional do Departamento Nacional das mulheres Socialistas.
- Os Delegados ao Congresso enumerados nas alíneas b) a) j) do nº1 não podem exceder um quarto do numero total dos Delegados eleitos.

Art.º 3

(Da eleição do Presidente do Partido)

- O Presidente do Partido é eleito por voto secreto, em lista uninominal, no início dos trabalhos do Congresso, proposta pelo mínimo de 5% dos delegados;
- As candidaturas a Presidente, subscritas pelos delegados, deverão ser entregues à COC até 3 dias antes do início do Congresso;
- A votação para a eleição do Presidente do Partido realiza-se por um período mínimo de duas horas e até à sessão de abertura do Congresso.

Art.º 4

(Dos órgãos do Congresso)

- No início dos trabalhos, o Congresso elege, de entre os seus membros, a Comissão de Verificação de Poderes e a Mesa, sob proposta do Secretário-Geral eleito; e a Comissão de Honra do Congresso, sob proposta do Presidente do Partido;

- A Comissão de Verificação de Poderes é constituída por quatro membros eleitos pelo Congresso e presidida pelo Presidente da Comissão Nacional de Jurisdição, competindo-lhe julgar a regularidade da composição do Congresso e conhecer de quaisquer irregularidades surgidas na identificação dos respectivos membros;
- A mesa do Congresso é composta por cinco Vice-Presidentes e dez Secretários eleitos pelos delegados, e pelo Secretário-Geral eleito, por direito próprio;
- A Comissão de Honra do Congresso é constituída por sete a quinze membros de entre os seus militantes que tenham desempenhado papel relevantes ao serviço do Partido, da Democracia ou do País.

Art.º 5

(Do Presidente do Congresso)

- O Presidente do Partido é o Presidente da Mesa do Congresso, competindo-lhe iniciar os trabalhos do Congresso; conceder ou retirar o uso da palavra; e assegurar a normalidade dos debates, em cooperação com os restantes membros da Mesa, nos termos em que para o efeito acordem;
- Compete aos Vice-Presidentes substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Art.º 6

(Da Ordem de Trabalhos)

- O XIV Congresso Nacional terá a seguinte Ordem de Trabalhos:

Dia 1 – Sexta-feira

- 20 às 24 – Período de acreditação dos Delegados
 20 às 24 – Início das votações
 Ponto 1 – Eleição do Presidente do Partido
 Ponto 2 – Eleição da Comissão de Verificação de Poderes
 Ponto 3 – Eleição da Mesa do Congresso Nacional
 Ponto 4 – Eleição da Comissão de Honra do Congresso Nacional

Dia 2 – Sábado

- 9 às 11 – Conclusão das votações dos Pontos 1, 2, 3 e 4
 Ponto 5 – Sessão de Abertura do Congresso Nacional
 – Proclamação dos resultados da votação para a eleição do Presidente
 – Intervenção do Presidente eleito
 Ponto 6 – Apresentação, discussão e votação das Moções políticas de orientação nacional, subscritas por um numero mínimo de 50 delegados.

Interrupção para almoço

Continuação do Ponto 6

Votações do Ponto 6

Interrupção para jantar

- Ponto 7 – Apresentação, discussão e votação das moções sectoriais, subscritas por um mínimo de 20 delegados
 Entrega das listas de candidatos aos órgãos nacionais (Prazo definido pela Mesa)

Dia 3 - Domingo

- Ponto 8 – Apresentação das listas de candidatos aos órgãos nacionais
 Ponto 9 – Votação das listas de candidatos aos órgãos nacionais
 Proclamação dos resultados
 Ponto 10 – Sessão de Encerramento com Intervenção do Secretário-Geral

- A COC procederá à definição horária da Ordem de Trabalhos.

Art.º 7

(Funcionamento do Congresso)

- As deliberações do Congresso Nacional são válidas desde que tomadas pela maioria do número total dos seus membros, e por maioria simples, sendo imperativas para todos os órgãos e membros do Partido;
- O voto é pessoal e presencial;
- O “quorum” previsto no número um só é exigível para deliberar, sendo que a respectiva verificação ocorrerá ou por iniciativa da Mesa ou a pedido de qualquer dos delegados presentes, podendo o Congresso funcionar com qualquer número de presenças;
- É dispensada a leitura das propostas e moções apresentadas para discutir e votar pelo Congresso, desde que tenham sido distribuídas pelos delegados;
- A Mesa é soberana na orientação dos trabalhos do Congresso.

Art.º 8

(Das discussões políticas)

- Para a apresentação das moções políticas de orientação nacional, subscritas por um numero mínimo de 50 delegados, os seus proponentes poderão intervir durante vinte minutos;
- Para a apresentação das moções sectoriais, subscritas por um mínimo de 20 delegados, os seus proponentes poderão intervir por um período de tempo fixado pela Mesa em função do cumprimento da Ordem de Trabalhos;
- Para a apresentação das lista de candidatos aos órgãos nacionais, subscritas por um mínimo de 5% dos delegados ao Congresso, os seus proponentes poderão intervir durante um período global de dez minutos;
- Em função do número de inscritos em cada ponto da Ordem de Trabalhos, a mesa estipula a duração máxima de cada intervenção;
- A Mesa definirá a duração global das intervenções dos proponentes no encerramento da discussão das moções políticas de orientação nacional.

Art.º 9

(Das intervenções)

- Os delegados ao Congresso poderão participar nos trabalhos através de intervenções, requerimentos, reclamações e declarações de voto;
- As intervenções poderão ser efectuadas mediante a entrega na mesa de um pedido de palavra;
- Os requerimentos, são pedidos dirigidos à Mesa e reportam-se ao modo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto;
- Os requerimentos, que terão de ser votados pelo Congresso, consideram-se aprovados se obtiverem 2/3 dos votos dos delegados presentes;
- As reclamações (Pontos de Ordem), que são pedidos dirigidos à Mesa, reportam-se à infracção dos Estatutos, do Regulamento ou do Regimento do Congresso;
- À Mesa cabe deliberar imediatamente sobre as reclamações (Pontos de Ordem), com recurso, para o plenário do Congresso, por parte do reclamante;
- As declarações de voto são apresentadas à Mesa por escrito, ficando anexas à acta do Congresso, a qual será elaborada pela Mesa até 30 dias após a data da realização do Congresso e entregue ao Secretariado Nacional.

Art.º 10

(Das listas de candidatos aos órgãos nacionais)

- As listas de candidatos a membros da Comissão Nacional, da Comissão Nacional de Jurisdição e da Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira são sufragados por voto secreto, através do sistema de listas completas e segundo o princípio da representação proporcional, sendo propostas por um mínimo de 5% dos delegados ao Congresso;
- As listas apresentadas serão compostas por um número de candidatos efectivos correspondentes ao órgão nacional em causa e, pelo menos, de metade de candidatos suplentes;
- Cada lista deve garantir uma representação não inferior a 33% de militantes de qualquer dos sexos
- No decurso dos trabalhos, a Mesa determinará o prazo limite para a entrega das listas de candidatos;
- As listas de candidatos deverão ser entregues na Mesa acompanhadas das respectivas declarações de aceitação dos candidatos, da qual constará obrigatoriamente o nome completo, o número de militante e a assinatura do candidato;
- Cada delegado ao Congresso só pode ser proponente de uma única candidatura a cada órgão nacional e candidato numa única lista.

Art.º 11

(Da interpretação e integração das lacunas)

Compete à Mesa a interpretação e integração de lacunas do presente Regimento e a resolução dos casos omissos, cabendo recurso para o Congresso.

Art.º 12

(Da publicidade)

O presente Regimento do XIV Congresso Nacional do PS será publicado no órgão oficial do PS “Acção Socialista”, após ser aprovado em Comissão Nacional.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO XIV CONGRESSO

ANTÓNIO VIEIRA DA SILVA – PRESIDENTE
 ANTÓNIO GALAMBA
 ANTÓNIO RAMOS PRETO
 ARTUR PENEDOS
 AUGUSTO SANTOS SILVA
 CAROLINA TITO MORAIS
 CARLOS LUIS
 IDÁLIA MONIZ
 JOÃO PAULO REBELO
 MARIA DE BELÉM
 RENATO SAMPAIO
 SÓNIA FERTUZINHOS
 VERA JARDIM

NOTA: A estes elementos acrescem um delegado por cada candidato / moção de orientação global apresentada.

CALENDÁRIO XIV CONGRESSO NACIONAL

1, 2 E 3 DE OUTUBRO

PUBLICAÇÃO DO REGULAMENTO E REGIMENTOS		29.07
OPÇÃO DE VOTO PARA MILITANTES COM DUPLA MILITANCIA	15 DIAS APÓS MARCAÇÃO	03.08
ENVIO DE LISTAGEM PROVISÓRIA DE INSCRITOS E DE EXTRACTO DE PAGAMENTO DE QUOTAS		09.08
RECEPÇÃO DE RECLAMAÇÕES DA LISTAGEM PROVISÓRIA		24.08
ENTREGA DAS CANDIDATURAS A SECRETÁRIO-GERAL E DE MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO POLITICA	28 DIAS ANTES DA ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL E DOS DELEGADOS	26.08
PUBLICAÇÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO POLITICA		02.09
ENVIO DE CADERNOS ELEITORAIS DEFINITIVOS	ATÉ 15 DIAS ANTES DA AGM	06.09
PRAZO PARA A RECLAMAÇÃO DOS CADERNOS ELEITORAIS	4 DIAS APÓS O ENVIO	10.09
ENVIO DE CONVOCATÓRIAS PARA A AGM MILITANTES	10 DIAS ANTES DA AGM	14 e 15.09
ENVIO DE EXTRACTO DE PAGAMENTO DE QUOTAS		17.09
ENTREGA DAS LISTAS DE DELEGADOS	4 DIAS ANTES DA AGM	20 e 21.09
ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL E DELEGADOS AO CONGRESSO		24 e 25.09
ENTREGA DAS MOÇÕES SECTORIAIS	4 DIAS ANTES DO CONGRESSO	27.09
PRAZO DE RECEPÇÃO DE RECLAMAÇÕES		27.09
PRAZO DE RECEPÇÃO DA ACTA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DE MILITANTES		29.09
PRAZO DE ANÁLISE DE RECLAMAÇÕES	24 HORAS APÓS A RECEPÇÃO	29.09
EVENTUAL REPETIÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DE MILITANTES		29.09
CONGRESSO NACIONAL		01.02 e 3.10

*Quotas em dia
Dever cumprido
Direitos assegurados* **PAGUE
A SUA!**



Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR **Augusto Santos Silva** | DIRECTOR-ADJUNTO **Silvino Gomes da Silva** silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. **Castelo Branco** cbranco@ps.pt; **Mary Rodrigues** mary@ps.pt; **P. Pisco** ppisco@ps.pt | SECRETARIADO **Virginia Damas** virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA **Francisco Sandoval** francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET **José Raimundo**; **Francisco Sandoval**
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal
ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o